

ANAIIS
JORNADA ACADÊMICA E CIENTÍFICA DO CURSO
DE PSICOLOGIA - 2026

24 a 28 de agosto de 2026

Umuarama
2026

JORNADA ACADÊMICA E CIENTÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA - 2026

Direção Geral

Esp. Juan Marco Hachicho Rodrigues

Direção Acadêmica e Administrativa

Me. Roberto Bianchi Catarin

Coordenação da Jornada Acadêmica e Científica de Psicologia 2026

Ma. Débora Mendes Baggio

Coordenação dos ANAIS

Dr. Thiago Silva Prado

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Umuarama – PR., Brasil)**Jornada Acadêmica e Científica do Curso de
Psicologia (3:2026, Umuarama, PR)F382a Anais (do) III Jornada Acadêmica e Científica do
Curso de Psicologia, Umuarama, 24 a 28 de agosto de
2026, [recurso eletrônico]/ UNIALFA Faculdade,
Umuarama - Pr., 2026.Tema: Jornada Acadêmica e Científica do Curso de
Psicologia.

Varios Colaboradores.

ISSN

Disponível em:

<https://www.alfaumuarama.edu.br//alphalab/anais>1.Comportamento infantil. 2. Ambiente familiar. 3.
Análise do comportamento. I. UNIALFA UMUARAMA.
II.Titulo

CDD 21.ed.155.4

Aparecida Malagolini – CRB-9/1135

EXPEDIENTE, Vol.3, n.º1, 2026

COMISSÃO EDITORIAL

Débora Mendes Baggio
Carolina Rocha de Assumpção
Giovana Labiak Pereira
José Augusto Gerônimo Ferreira
Thiago Silva Prado

CURSO

Psicologia

COORDENADORA GERAL

Débora Mendes Baggio

COORDENADOR DOS ANAIS

Thiago Silva Prado

PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDOS NO PROJETO

Carolina Rocha de Assumpção. Danielle Jardim Barreto. Débora Mendes Baggio. Dione
Fernando Domingos de Aguiar. Eduardo Augusto Pavani. Juliana Marques Meirinho. Karina
Soares Ambrozio. Rodrigo Ramires. Debora dos Anjos Volpini. Tayna Ceccon Martins.
Thiago Silva Prado. Viviane Krominski Graça de Souza

ACADÊMICOS DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDOS NO PROJETO E COMUNIDADE EXTERNA

Adriana Cristina Dias. Caroline dos Santos Barreiro. Celine da Silva Aguiar Ferreira.
Cristiane Braz. Débora Pereira Lopes. Derenice Silva Fontoura. Eloise Carolina da Costa
Scheer. Estela Marins Bittencourt. Fabiana Marcos da Silva. Francieli Pereira Monteiro.
Guilherme de Oliveira. Heloisa Nunes Berta. Isabela Barbado da Costa. Isabella Hoffman.
Izabela Zubioli. Janaine Alves Furio. Jackeline da Rocha Pereira. Janaína Conceição
Barboza. Jean Marcos Petenuci. João Gabriel da Cruz. Josieli da Silva Neto. Karina
Fonseca Ramos. Larissa Felix de Araújo. Luana Glinglani Mancini. Cristiane Braz. Maria
Augusta Mexia. Maria Eduarda Aguiar Pinheiro da Silva. Rafaella Correa Floriano. Renata
Soares de Mendonça. Rodrigo de Oliveira Sandri. Rodrigo Fiorello. Sara da Silva Mota.
Stéfani Soares Almeida. Tânia Fonseca Ramos. Thalita Cristina Conchon de Siqueira. Vitor
Gustavo Machado de Souza. Vitória Rigon Bonilha. Winicio de Paula Costa.

Bibliotecária

Aparecida Malagolini

Umuarama
2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	8
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO COMPORTAMENTO INFANTIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.....	11
A MÚSICA COMO RECURSO INTERVENTIVO EM UMA OFICINA NO CAPS AD: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA.....	16
AS INFÂNCIAS E ATUAÇÃO CLÍNICA EM PSICOLOGIA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES COM FERRAMENTAS DA ESQUIZOANÁLISE.....	21
TECNOLOGIA ACESSÍVEL NA GESTÃO SOCIOASSISTENCIAL: DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DIGITAL PARA OS CRAS.....	26
ALIENAÇÃO E ATIVIDADE HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A COMPREENSÃO DO SUJEITO.....	27
A PSICOLOGIA E OS POVOS ORIGINÁRIOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E DA SAÚDE MENTAL.....	28
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO USO DE TDICS, RECURSOS LÚDICOS E GAMIFICAÇÃO.....	29
CRAS NO BAIRRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO SUAS.....	35
ENTRE O BRINCAR E AS POSSIBILIDADES DE SER: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE EM DIÁLOGO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO.....	40
FATORES PSICOLÓGICOS ASSOCIADOS AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS ENTRE JOVENS....	46
GERAÇÃO Z NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E ADAPTAÇÃO.....	51
HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: UM OLHAR CRÍTICO ENTRE REFLEXÃO E RESPONSABILIZAÇÃO.....	52
MÃOS QUE FALAM, OLHOS QUE ESCUTAM: A LINGUAGEM COMO MEDIAÇÃO ENTRE O SURDO E O MUNDO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL.....	57
O PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA E AS COMPLEXIDADES DA CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO.....	58
O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA COMO TÉCNICO DE REFERÊNCIA E A FAMÍLIA NO CREAS:	

UMA REFLEXÃO SOBRE VÍNCULO.....	63
POTENCIAL INVISÍVEL: OS DESAFIOS DA IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.....	68
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA TERAPÊUTICA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	69
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRIAGEM PSICOLÓGICA NO ATENDIMENTO INFANTOJUVENIL EM UM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	70
SAÚDE MENTAL DE INDIVÍDUOS NEGROS LGBTQIA+: EFEITOS DO RACISMO E DA HOMOFOBIA.....	75
SAÚDE MENTAL DO IMIGRANTE: A SÍNDROME DE ULISSES ENTRE O RECONHECIMENTO DO SOFRIMENTO E O RISCO DA MEDICALIZAÇÃO.....	76
SENTIDO E SIGNIFICADO NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	81
SONHOS COMO REALIZAÇÃO DE DESEJOS INCONSCIENTES SOB A PERSPECTIVA DE FREUD.....	86

1. APRESENTAÇÃO

A Jornada Científica e Acadêmica do Curso de Psicologia da UniALFA constitui-se como um espaço de integração entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, destinado à ampliação das experiências formativas dos estudantes e à promoção do diálogo entre a comunidade acadêmica, profissionais da Psicologia e diferentes setores da sociedade.

Diante da diversidade dos campos de atuação profissional e das constantes transformações sociais, culturais e institucionais que atravessam a profissão, torna-se fundamental proporcionar espaços de reflexão, atualização e compartilhamento de conhecimentos que contribuam para uma formação crítica, ética, científica e socialmente comprometida. De tal forma que a programação da Jornada contempla diferentes atividades acadêmicas e formativas. Entre elas, destaca-se a apresentação do fluxo técnico do Serviço-Escola de Psicologia, contribuindo para a preparação dos estudantes que encontram-se e aquelas que ainda iniciarão suas atividades de estágio e atendimento à comunidade, favorecendo a compreensão dos aspectos técnicos, éticos e institucionais envolvidos na formação profissional.

A aproximação entre formação acadêmica e exercício profissional também é fortalecida por meio de palestras e atividades conduzidas por profissionais convidados de diferentes campos de atuação, possibilitando o diálogo sobre demandas contemporâneas da Psicologia. Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a parceria com o Conselho Regional de Psicologia (CRP).

A produção e a socialização do conhecimento científico ocupam lugar central na Jornada. A apresentação de resumos e resumos expandidos possibilita aos estudantes compartilhar estudos, pesquisas, relatos de experiência e reflexões construídas ao longo de sua formação. Esse processo favorece o desenvolvimento de competências relacionadas à investigação científica, à escrita acadêmica, à comunicação oral e ao debate qualificado, ao mesmo tempo em que estimula a iniciação científica e a continuidade da formação acadêmica.

Os trabalhos reunidos nestes **Anais** representam parte desse percurso. Mais do que registrar as produções apresentadas durante o evento, esta publicação

busca conferir visibilidade ao conhecimento produzido pelos estudantes e demais participantes, preservando a memória científica da Jornada e possibilitando que as reflexões construídas nesse espaço ultrapassem os limites do próprio evento. Os textos aqui publicados evidenciam a pluralidade característica da Psicologia, contemplando diferentes referenciais teóricos, campos de investigação, práticas profissionais e questões sociais relevantes para a área.

Assim, a publicação destes Anais reafirma o compromisso do Curso de Psicologia da UniALFA com a formação de profissionais críticos, éticos e cientificamente qualificados, bem como com o incentivo à pesquisa e à divulgação científica. Espera-se que os trabalhos aqui reunidos contribuam para novas reflexões, questionamentos, pesquisas e práticas, mantendo vivo o compromisso da Psicologia com a compreensão da realidade e com a construção de respostas socialmente relevantes às demandas de nosso tempo.

Boa leitura!

Coordenação do Curso de Psicologia

Faculdade ALFA de Umuarama – UniALFA

2. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

- **24 de agosto de 2026 - Abertura da III Jornada Científica e Acadêmica do Curso de Psicologia: Apresentação do Fluxo Técnico-Operacional para Situações de Violência do Serviço-Escola de Psicologia da UniALFA**

A abertura da III Jornada Científica e Acadêmica do Curso de Psicologia da UniALFA foi marcada pela apresentação do Fluxo Técnico-Operacional para Situações de Violência do Serviço-Escola de Psicologia, elaborado com o objetivo de orientar e qualificar as condutas adotadas diante de situações de violência interpessoal, doméstica, sexual, institucional e autoprovocada identificadas no contexto dos atendimentos psicológicos.

Considerando a complexidade dessas demandas, a atividade buscou apresentar aos estudantes os procedimentos técnicos, éticos e legais relacionados ao acolhimento, à avaliação, ao encaminhamento e ao acompanhamento de pessoas em situação de violência ou risco. A proposta também visou fortalecer a atuação integrada entre estudantes, supervisores e docentes, favorecer a identificação precoce de situações de risco e assegurar práticas alinhadas à legislação vigente, às normativas do Sistema Conselhos de Psicologia e aos princípios éticos que orientam a profissão.

A apresentação destacou, ainda, a importância da articulação do Serviço-Escola com a Rede de Atenção à Saúde e com a Rede de Proteção Social, reconhecendo o trabalho intersetorial como fundamental para a proteção da vida, a garantia de direitos e a continuidade do cuidado. Ao inserir essa discussão na abertura da Jornada, o Curso de Psicologia reafirmou seu compromisso com uma formação técnica, ética e socialmente responsável, preparando os futuros profissionais para o manejo qualificado de situações de alta complexidade e para uma atuação comprometida com os direitos humanos e a promoção da saúde mental.

- **25 de agosto de 2026 — Apresentações de Trabalhos Científicos**

O segundo dia da Jornada foi dedicado à apresentação oral dos trabalhos científicos submetidos ao evento, proporcionando um espaço de divulgação da produção acadêmica, intercâmbio de conhecimentos e debate entre estudantes,

professores e demais participantes. Os trabalhos, apresentados nas modalidades de resumo e resumo expandido, foram previamente submetidos à avaliação de docentes pareceristas, considerando critérios de qualidade científica, relevância temática, adequação às normas da Jornada e consistência teórico-metodológica.

Após o processo de avaliação, os trabalhos aprovados foram organizados em sessões de apresentação oral perante bancas compostas por docentes avaliadores. As sessões possibilitaram a exposição das produções, seguida de momentos de discussão, apreciação e diálogo técnico-científico entre autores, avaliadores e participantes.

A atividade buscou incentivar a inserção dos estudantes na cultura da pesquisa e da produção científica, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas à escrita acadêmica, capacidade de síntese, comunicação científica, argumentação, reflexão crítica e defesa fundamentada de ideias.

As apresentações científicas reafirmam a pesquisa como dimensão fundamental da formação em Psicologia e constituem a origem dos trabalhos reunidos e publicados nestes Anais da III Jornada Científica e Acadêmica do Curso de Psicologia da UniALFA.

- **26 de agosto de 2026 — Palestra Magna: Saúde Mental e Mundo Digital: Jogos e Plataformas de Apostas em Debate**

A palestrante Caroline de Cuffa, graduada e mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), integrante do Centro de Subjetividade, Saúde e Trabalho (CESST) e do Laboratório de Trabalho, Plataformização e Saúde (LATRAPs), com pesquisas nas temáticas da saúde do trabalhador e da trabalhadora, plataformização do trabalho, jogos digitais e e-sports, propôs reflexões sobre as relações entre saúde mental e mundo digital, com especial atenção aos jogos e às plataformas de apostas, problematizando fenômenos contemporâneos que atravessam a subjetividade, os modos de sociabilidade e as práticas profissionais em Psicologia.

- **27 de agosto de 2026 — Dia do profissional de Psicologia -Palestra em parceria com o Conselho Regional de Psicologia: A Psicologia em Cuidados Paliativos: Interloquções Necessárias**

Em alusão ao Dia do profissional de Psicologia, celebrado em 27 de agosto, a programação da Jornada contou com uma atividade realizada em parceria com o Conselho Regional de Psicologia, abordando a atuação da Psicologia no campo dos cuidados paliativos.

A palestra “A Psicologia em Cuidados Paliativos: Interloquções Necessárias” promoveu reflexões acerca das contribuições da Psicologia para o cuidado integral de pessoas diante de condições ameaçadoras da continuidade da vida, considerando as dimensões subjetivas, relacionais, familiares, sociais e éticas envolvidas nesse campo de atuação.

A atividade também fortaleceu a aproximação entre formação acadêmica e exercício profissional, possibilitando o debate sobre práticas psicológicas comprometidas com a dignidade, a autonomia, a integralidade do cuidado e os princípios éticos da profissão.

- **28 de agosto de 2026 — Noite Cultural: Arte, Integração e Formação Humana**

Encerrando a programação da III Jornada Científica e Acadêmica do Curso de Psicologia da UniALFA, a Noite Cultural constituiu-se como um espaço de convivência, integração e expressão artística entre os participantes. A atividade partiu do reconhecimento de que a formação em Psicologia não se restringe à dimensão técnico-científica, mas envolve também sensibilidade, criatividade, relações humanas e diferentes formas de compreender e expressar a experiência. Por meio de apresentações artísticas e culturais protagonizadas pelos estudantes, o encerramento da Jornada proporcionou um momento de encontro e valorização das múltiplas formas de expressão, reafirmando o compromisso do Curso de Psicologia com uma formação acadêmica e humana em sua integralidade.

**A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO COMPORTAMENTO INFANTIL:
UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO**Cristiane de Oliveira Braz*; Rafaella Correia Floriano** e Maria Augusta Zago Mexia***¹**RESUMO**

O ambiente familiar possui um papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois é nesse espaço que ela aprende suas primeiras formas de comunicação, convivência e expressão emocional. A partir das relações estabelecidas com pais, responsáveis e demais familiares, a criança desenvolve comportamentos, valores e maneiras de se relacionar socialmente. Este estudo busca compreender como o ambiente familiar influencia no comportamento infantil sob a perspectiva da Análise do Comportamento, destacando a importância das interações sociais na construção do futuro adulto. Além disso, discute como práticas baseadas apenas em punições e controle podem afetar negativamente o desenvolvimento da criança, enquanto relações marcadas pelo diálogo, acolhimento e reforço positivo tendem a favorecer comportamentos mais saudáveis e relações sociais mais equilibradas. Dessa forma, o trabalho propõe uma reflexão sobre a responsabilidade da família na formação emocional, comportamental e social da criança, considerando que as experiências vividas na infância podem produzir impactos significativos ao longo de toda a vida.

Palavras-chave: Comportamento infantil. Ambiente familiar. Análise do comportamento.

INTRODUÇÃO

A compreensão do comportamento infantil exige a análise das múltiplas interações que a criança estabelece ao longo de seu desenvolvimento, especialmente no contexto em que ocorrem suas primeiras experiências de socialização: o ambiente familiar. A Análise do Comportamento, ao conceber o comportamento como resultado da interação entre organismo e ambiente, oferece um referencial teórico consistente para compreender como padrões comportamentais são adquiridos, mantidos e modificados ao longo do tempo (Moreira; Medeiros, 2007). Nesse sentido, as experiências vivenciadas na família assumem papel fundamental, uma vez que constituem um dos primeiros contextos de interação e aprendizagem, nos quais diferentes contingências podem participar da construção e manutenção do repertório comportamental da criança (Moreira; Medeiros, 2007; Skinner, 1953).

¹ * Administração, Fundação Educacional do Município de Assis - Fema, Assis/SP. E-mail: cristianedeoliveirabraz@gmail.com

** Pedagogia, Psicologia (cursando); Universidade Paranaense, UniALFA; Umuarama/PR. E-mail: rafaellacorreia.psico@gmail.com

***Psicologia, Universidade Paranaense - Unipar, Umuarama, PR. E-mail: psi.gutamexia@gmail.com

Entre os diversos elementos presentes nesse contexto, destacam-se as interações verbais estabelecidas entre adultos e crianças, frequentemente utilizadas como padrões educativos. Tais práticas, embora muitas vezes naturalizadas e socialmente legitimadas, podem atuar como importantes agentes de reforço ou punição, influenciando diretamente a probabilidade de ocorrência de determinados comportamentos. Conforme aponta Lane (2006), a linguagem é um instrumento de mediação social que carrega valores, normas e expectativas, contribuindo para a internalização de padrões de comportamento desde a infância.

Além disso, é importante considerar que as práticas educativas presentes no ambiente familiar não são construídas de forma isolada, mas estão inseridas em um contexto histórico e social mais amplo. De acordo com Philippe Ariès (1981), a própria concepção de infância é uma construção social, influenciada por valores culturais que definem expectativas sobre o comportamento infantil. Dessa forma, muitas práticas ainda utilizadas na educação de crianças refletem modelos tradicionais baseados na obediência, no controle e no uso de estratégias punitivas.

Sob a ótica da Análise do Comportamento, a punição pode produzir redução imediata de determinados comportamentos, mas seu uso também pode estar associado a efeitos que precisam ser considerados, como o desenvolvimento de respostas de fuga e esquiva e outras formas de contracontrole (Skinner, 1953; Sidman, 1989). Dessa forma, a redução de um comportamento por meio da punição não significa necessariamente que a criança tenha aprendido uma resposta alternativa mais adequada (Moreira; Medeiros, 2007).

Diante desse contexto, torna-se relevante investigar de que forma as práticas verbais utilizadas no ambiente familiar influenciam o comportamento infantil, especialmente quando analisadas como contingências de reforço e punição. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a influência do ambiente familiar no comportamento da criança ao longo do tempo, com base nos pressupostos da Análise do Comportamento, buscando compreender os efeitos dessas interações no desenvolvimento emocional, social e comportamental.

Dessa maneira, este trabalho justifica-se pela necessidade de promover uma reflexão crítica acerca de práticas educativas amplamente naturalizadas, evidenciando seus possíveis impactos e contribuindo para a construção de formas

mais conscientes, acolhedoras e eficazes de interação no contexto familiar. Ao enfatizar a importância de estratégias baseadas no reforçamento positivo, espera-se colaborar para a promoção de um desenvolvimento infantil mais saudável, favorecendo a formação de indivíduos mais seguros, autônomos e socialmente adaptados.

DESENVOLVIMENTO

A Análise do Comportamento, fundamentada nos estudos do comportamento humano enquanto interação entre organismo e ambiente, propõe que as ações dos indivíduos não ocorrem de forma isolada, mas são resultado de fatores condicionantes ambientais que envolvem estímulos antecedentes, respostas e consequências (Skinner, 1953; Moreira; Medeiros, 2007). Conforme apontam Moreira & Medeiros (2007), “o comportamento é função de suas consequências”, o que evidencia o papel central do ambiente na modelagem das ações humanas. Nesse sentido, o comportamento infantil é continuamente moldado pelas experiências vivenciadas no ambiente familiar, que se constitui como o primeiro e mais significativo contexto de aprendizagem.

Sob a ótica da Análise do Comportamento, frases aparentemente simples e cotidianas podem participar das contingências que envolvem determinados comportamentos, dependendo das consequências produzidas na interação. Essas consequências podem alterar a probabilidade de ocorrência futura de respostas (Skinner, 1953; Moreira; Medeiros, 2007). Como destacam Moreira e Medeiros (2007), o reforço, seja positivo ou negativo, tende a aumentar a frequência de um comportamento, enquanto a punição busca reduzir ou suprimir determinadas respostas.

No entanto, o uso frequente de práticas punitivas pode produzir efeitos que devem ser considerados além da redução imediata do comportamento. Sidman (1989) discute, nesse contexto, o aumento de respostas de fuga e esquiva e outras formas de contra controle associadas ao controle coercitivo. Moreira e Medeiros (2007) também apresentam a punição e o controle aversivo como processos que devem ser analisados a partir das contingências envolvidas. Quando uma criança é constantemente exposta a consequências aversivas em determinadas situações,

seu repertório pode passar a incluir respostas de fuga e esquiva diante desses contextos, dependendo das contingências estabelecidas (Sidman, 1989; Moreira; Medeiros, 2007).

De acordo com Philippe Ariès (1981), a concepção de infância é uma construção social que varia ao longo do tempo, sendo profundamente influenciada pelos valores e normas de cada sociedade. Em sua obra, o autor demonstra que a forma como as crianças são tratadas e educadas reflete diretamente as expectativas sociais sobre seu comportamento. Somado a isso, a Análise do Comportamento destaca o papel do reforçamento na aquisição e manutenção de comportamentos, considerando que consequências reforçadoras aumentam a probabilidade futura das respostas que as produzem. Ambientes nos quais determinados comportamentos são consistentemente seguidos por consequências reforçadoras podem favorecer a aquisição e manutenção desses repertórios, desde que as contingências estabelecidas contribuam para sua ocorrência futura (Skinner, 1953; Moreira; Medeiros, 2007).

Dessa forma, torna-se essencial refletir sobre o papel do ambiente familiar não apenas como espaço de convivência, mas como um agente ativo na aprendizagem do comportamento. Conforme destaca Silvia Lane (2006), o indivíduo se constitui nas relações sociais, sendo o ambiente familiar um dos principais mediadores desse processo. Assim, as práticas verbais utilizadas pelos familiares devem ser analisadas criticamente, considerando seus efeitos a longo prazo, e não apenas sua função imediata de controle.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que o ambiente familiar constitui um importante contexto de aprendizagem, no qual diferentes contingências participam da aquisição e manutenção de comportamentos infantis. A perspectiva da Análise do Comportamento permite compreender essas relações a partir das condições ambientais e das consequências que acompanha os comportamentos, contribuindo para uma análise mais funcional das práticas educativas. Nesse sentido, as práticas educativas não devem ser analisadas apenas pela intenção dos adultos ou pela redução imediata de comportamento considerados inadequados, mas também pelas

contingências estabelecidas e pelos repertórios que podem ser fortalecidos ou enfraquecidos ao longo das interações.

Além da dimensão comportamental, a discussão permite refletir sobre a forma como a família é socialmente compreendida. Embora constitua um espaço relevante de cuidado e desenvolvimento, as relações familiares também estão inseridas em contextos históricos e culturais que influenciam as práticas educativas. Por isso, é importante analisar criticamente as formas de interação estabelecidas com as crianças. Dessa forma, o estudo reforça a importância de compreender o ambiente familiar como contexto de aprendizagem e de analisar as práticas educativas a partir de suas funções e consequências. A reflexão proposta pode contribuir para uma compreensão mais crítica das relações entre comportamento infantil e ambiente familiar, destacando a relevância da Análise do Comportamento para a compreensão desses processos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

LANE, Silvia T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SIDMAN, Murray. *Coercion and its fallout*. Boston: Authors Cooperative, 1989.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York: Macmillan, 1953.

**A MÚSICA COMO RECURSO INTERVENTIVO EM UMA OFICINA NO CAPS AD:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA**

Carolina Rocha de Assumpção*; Estela Marins Bittencourt**; Heloísa Nunes Berta***; Isabela Zubioli da Silva**** e Larissa Felix Araújo*****²

RESUMO

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) constituem dispositivos estratégicos de cuidado em saúde mental, nos quais as oficinas interventivas podem favorecer a participação, a autonomia e a expressão dos usuários. Nesse contexto, a música apresenta potencial como recurso interventivo por mobilizar afetos, memórias e sentidos, possibilitando a expressão e o compartilhamento de experiências. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de Psicologia na utilização da música como recurso interventivo em uma oficina realizada em um CAPS AD no Paraná. Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo-reflexivo, desenvolvido no contexto da disciplina teórico-prática de Estratégias e Recursos para Intervenções Psicológicas. A experiência possibilitou a evocação de memórias e narrativas relacionadas às trajetórias dos participantes, favorecendo a expressão de sentimentos, o compartilhamento de experiências e a reflexão sobre perdas, vínculos, escolhas e possibilidades de recomeço. Conclui-se que, na experiência relatada, a música constitui um recurso interventivo capaz de mediar processos de escuta, diálogo e expressão subjetiva, além de favorecer a participação dos usuários e a articulação entre teoria e prática na formação em Psicologia.

Palavras-chave: Música. Saúde mental. CAPS AD.

INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) constituem dispositivos estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), destinados ao cuidado em saúde mental por meio de práticas fundamentadas na escuta qualificada, no acolhimento, no fortalecimento de vínculos e na promoção da autonomia, no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da luta antimanicomial (Brasil, 2001). Dentre eles, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) oferecem cuidado integral na perspectiva da redução de danos, superando modelos centrados exclusivamente na abstinência ou em perspectivas biomédicas. A partir dessa perspectiva, as oficinas podem ampliar a participação, a interação social e as diferentes formas de expressão dos usuários.

² *Mestre em Sociedade e Desenvolvimento (Unespar), UniALFA; Umuarama-PR; carolina.assumpcao@alfaumuarama.edu.br

** Graduanda em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; estelamb.ipi@gmail.com

*** Graduanda em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; heloisa.nunes.bertha@gmail.com

**** Graduanda em Psicologia pela UniAlfa. Umuarama-PR; isa.zubioli@gmail.com

***** Graduanda em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; larissa.felix@edu.umuarama.pr.gov.br.

Nesse contexto, a música destaca-se por mobilizar afetos, memórias e relações, favorecendo a construção de sentidos e o compartilhamento de experiências. Compreendida como um processo de objetivação da subjetividade, por meio de uma linguagem afetiva e socialmente situada, a atividade musical possibilita que vivências internas encontrem formas de elaboração na relação consigo, com o outro e com o mundo (Wazlawick; Camargo; Maheirie, 2007). Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de Psicologia na utilização da música como recurso interventivo em oficina em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) , articulando a prática vivenciada aos referenciais teóricos e à literatura científica sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

O emprego de recursos interventivos na atenção psicossocial exige planejamento a partir das necessidades, potencialidades e singularidades dos usuários, considerando suas histórias de vida e os contextos sociais em que estão inseridos. Com esse propósito, foi desenvolvida uma oficina interventiva, na qual a música foi escolhida como recurso mediador do cuidado por favorecer a expressão de sentimentos e experiências, estimular a participação ativa dos usuários e fortalecer a construção de vínculos. Essa mediação evocou memórias e narrativas das trajetórias dos participantes, além de favorecer, no contexto da experiência relatada, a expressão e o compartilhamento de experiências e possibilitar momentos de interação e fortalecimento dos vínculos interpessoais (Anjos *et al.*, 2025).

No cuidado às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, as intervenções precisam reconhecer que o sofrimento é atravessado por dimensões subjetivas, sociais e culturais. Nessa perspectiva, a inclusão de oficinas e práticas musicais no cuidado desenvolvido no CAPS AD pode ampliar as possibilidades de intervenção psicossocial, articulando-se aos princípios da atenção psicossocial e às estratégias de redução de danos, permitindo compreender o usuário como um sujeito integral, cujas necessidades ultrapassam a relação com o uso de álcool e outras drogas. Nesse contexto, a música pode atuar como uma ponte entre o real, o imaginário e o subjetivo (Albert *et al.*, 2025; Menezes; Silveira, 2024). Essa complexidade pôde ser observada na dinâmica dos grupos durante a oficina.

Enquanto um dos grupos apresentou maior reserva nas interações iniciais, o outro demonstrou maior espontaneidade, chegando a cantar coletivamente durante a atividade. Essa dinâmica evidenciou diferentes formas de participação e expressão entre os grupos, possivelmente relacionadas às características dos participantes, às suas trajetórias e aos vínculos estabelecidos no contexto da intervenção. Nessa direção, Marques Filho, Coelho e Ávila (2007) destacam a importância de que as estratégias de cuidado considerem os sujeitos em suas singularidades. Essa perspectiva também se evidenciou quando os próprios participantes sugeriram a inclusão da canção *Tocando em Frente*, incorporada à condução da atividade. A participação ativa na escolha da música favoreceu uma condução mais sensível às demandas e às iniciativas manifestadas pelo grupo.

As narrativas suscitadas pelas canções podem ser compreendidas à luz de Maheirie (2003), que compreende a música como uma linguagem reflexivo-afetiva, capaz de possibilitar a construção de sentidos singulares e coletivos. Embora os participantes não tenham produzido composições musicais, a escuta das canções, articulada à roda de conversa, funcionou como elemento disparador de narrativas e reflexões. Nesse sentido, as músicas foram utilizadas não como recursos isolados, mas integradas a uma sequência de atividades que possibilitou diferentes formas de participação e expressão. A roda de conversa favoreceu a circulação das narrativas suscitadas pelas canções, enquanto a atividade Linha do Tempo possibilitou o registro de acontecimentos considerados significativos pelos participantes, dando continuidade às reflexões sobre suas trajetórias. Nesse percurso, emergiram relatos relacionados a perdas, vínculos familiares, escolhas e possibilidades de recomeço, indicando que a atividade musical esteve articulada a processos de escuta, diálogo e reflexão sobre experiências de vida. Além das contribuições observadas entre os usuários, a experiência constituiu um importante processo formativo para os acadêmicos envolvidos. O planejamento, a condução e a avaliação da oficina favoreceram a articulação entre os referenciais teóricos discutidos na disciplina e a prática desenvolvida no serviço, ampliando a compreensão acerca da escuta psicológica, do manejo de grupos e da condução de intervenções orientadas pelos princípios da atenção psicossocial. A vivência também evidenciou que a utilização de recursos interventivos requer planejamento cuidadoso, sensibilidade, flexibilidade

na condução das atividades e abertura para incorporar as demandas e iniciativas dos próprios usuários, reafirmando o respeito à singularidade e à construção compartilhada do cuidado como fundamentos da atuação ética em Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada permitiu alcançar o objetivo proposto ao evidenciar possibilidades de utilização da música como recurso interventivo em uma oficina no contexto do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Na atividade realizada, a escuta musical, articulada à roda de conversa e à construção da Linha do Tempo, esteve associada à evocação de memórias, ao compartilhamento de narrativas e à reflexão sobre acontecimentos significativos das trajetórias dos participantes, incluindo perdas, vínculos, escolhas e possibilidades de recomeço. A participação dos usuários na própria condução da oficina, como observado na sugestão da canção *Tocando em Frente*, também ressaltou a importância de uma intervenção flexível e pautada na escuta sensível ao protagonismo dos sujeitos. Para os acadêmicos, a experiência favoreceu a aproximação entre os referenciais teóricos e a prática profissional, ampliando a compreensão sobre o uso de recursos expressivos no cuidado psicossocial. Embora se trate de uma experiência pontual, realizada em um contexto específico e sem utilização de instrumentos formais de avaliação, os elementos observados oferecem subsídios para refletir sobre o potencial da música como recurso interventivo e mediador de processos de expressão, diálogo e reflexão no contexto da saúde mental.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Saulo; LIMA, Ana Luiza de Souza; SANTOS, Mayran Rayssa Fernandes; SILVA-FERRAZ, Brenda Fernanda Pereira da. "CANTA CAPS": Relato de experiência com psicologia positiva e intervenção musical. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, v. 11, n. 2, p. 466-485, out. 2025.

ANJOS, Bruna Rodrigues dos; ROSA, Fernanda da; SANTOS, Ítalo Jordão Santiago; KERN, Melissa Chaves. A música como instrumento de reabilitação psicossocial e promoção da saúde mental em usuários de um CAPS AD III: relato de experiência. **Revista FT**, v. 29, ed. 144, 27 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

MAHEIRIE, Kátia. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003.

MARQUES FILHO, Altino Bessa; COELHO, Cassiano Lara de Souza; ÁVILA, Lazslo Antonio. Música removendo barreiras e minimizando resistências de usuários de substâncias. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 14-24, 2007.

MENEZES, Laila Thaissa da Silva; SILVEIRA, Bettieli Barboza da. Música como recurso em saúde mental no acompanhamento terapêutico em CAPS II. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 24, n. 3, p. 1-12, 2024.

WAZLAWICK, Patrícia; CAMARGO, Denise de; MAHEIRIE, Kátia. Significados e sentidos da música: uma breve “composição” a partir da Psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 105-113, 2007.

AS INFÂNCIAS E ATUAÇÃO CLÍNICA EM PSICOLOGIA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES COM FERRAMENTAS DA ESQUIZOANÁLISEEloise Carolina da Costa Scheer*; Danielle Jardim Barreto**³**RESUMO**

O presente resumo analisa as contribuições da esquizoanálise para a atuação clínica com as infâncias. A partir da revisão bibliográfica acerca dos processos de subjetivação e do devir-criança, a clínica esquizoanalítica traz possibilidades interventivas, ao problematizar a visão patologizante das infâncias, propondo o rompimento com práticas adultocêntricas e ampliando possibilidades de intervenções, de escutas e de produção de outros modos de existência.

Palavras-chave: Psicologia. Esquizoanálise. Devir-criança.

INTRODUÇÃO

Diante dos debates atuais sobre as possibilidades interventivas em Psicologia com infâncias, o presente estudo, fundamentado em revisão bibliográfica, analisa as contribuições da esquizoanálise nesse contexto. A corrente filosófica pós estruturalista, fundada por Deleuze e Guattari, rompe com padrões hegemônicos e dicotômicos, e a partir do questionamento de alguns pontos estruturantes da psicanálise, propõe um novo olhar para as infâncias e novas possibilidades interventivas.

As infâncias se diferem conforme o contexto histórico, as vivências e atravessamentos, precisam de um olhar singular e não são apenas uma questão cronológica, e da psicopatologização de fases e marcos do desenvolvimento, mas uma condição de experiência (Kohan, 2005). Por serem experiências, a esquizoanálise visa possibilitar o brincar livre, a clínica do inesperado, o surgimento do novo a partir do que já é conhecido (Deleuze; Guattari, 1997).

DESENVOLVIMENTO

O campo de saber da Esquizoanálise, a filosofia da diferença, surgiu do encontro de Gilles Deleuze, um filósofo e Félix Guattari, um autodidata, psicanalista e militante, que a partir de 1969 produziram uma das mais intensas produções intelectuais do século XX (Barcelos, 2011). Os autores opuseram-se à lógica

³ *Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; integrante do grupo de pesquisa NUDIMD (Núcleo de Diversidade, Minorias, e Direitos Humanos da UniALFA); elo.scheer@gmail.com

**Doutora em Psicologia, docente no Curso de Psicologia da UniALFA; Umuarama-PR; danyposgeps@gmail.com

cartesiana, ao dualismo, à dicotomia, e acompanhados do pensamento foucaultiano, romperam com o raciocínio linear, propondo a teoria do Rizoma, presente em suas produções e que demonstra as infinitas conexões que podem ser feitas e refeitas no processo dinâmico do viver; a partir da noção de agenciamentos trazem a perspectiva de uma rede de múltiplas conexões. (Barcelos, 2011; Hur, 2013).

Ao propor a análise das relações desejanter e de poder a Esquizoanálise busca apreender o político inter-relacionado aos fenômenos psíquicos, em uma análise micropolítica dos agenciamentos desejanter no campo social, nos grandes e pequenos conjuntos, o termo subjetivação está ligado à essas relações de forças, nas quais nos tecemos em sociedade e no mundo (Hur, 2013; Cassiano; Furlan, 2013).

As relações que constituem os indivíduos e os coletivos, conforme descrevem Deleuze e Guattari, são compostas por três tipos de linhas: as linhas molares, de segmentaridade dura, que representam as estruturas rígidas, os padrões estabelecidos em determinado contexto, são linhas que buscam a homogeneização; as linhas moleculares, rizomáticas, que implicam em maior fluidez, desestabilizam o que foi instituído, as micropercepções que rompem com a rigidez; linhas de fuga, de ruptura, que promovem mudanças bruscas, são imprevisíveis, permitem à pura experimentação do devir e por isso pedem prudência (Francisco, 2023; Cassiano; Furlan, 2013). Todas as linhas e seus planos coexistem, molar e molecular são planos indissociáveis, atravessam-se o tempo todo (Carneiro, 2013; Francisco, 2023).

Tanto adultos quanto crianças podem ser capturados pelos padrões hegemônicos e assumirem uma forma mais molar, assim como escaparem das estruturas normativas, em linhas moleculares, apesar de Deleuze e Guattari não terem se aprofundado em estudos com crianças, ao fugirem de modelos dicotômicos, negam também as concepções de que as crianças seriam inferiores aos adultos (Francisco, 2023).

O conceito de devir é relevante para a Esquizoanálise, já que ele convoca a desconstrução de padrões sociais, e por isso é sempre minoritário, devir-criança, devir-animal, devir-mulher; o devir nos faz questionar, viver e experimentar o que está no meio (Carneiro, 2013; Francisco, 2023). O devir-criança é a infância sentida e

pensada com intensidade, não é o adulto tornar-se criança, devir é o encontro, sem temporalidade, mas com geografia, em movimento contínuo que flui na infância criadora (Deleuze; Guattari, 1997; Carneiro, 2013; Kohan, 2005). Nesse sentido o devir-criança emerge como uma fissura do sistema majoritário, que interroga a racionalidade, a vida neoliberal produtivista, é a expressão paralela a outros devires, que desafia a força do poder, resiste à mesmice, à cópia, uma linha de fuga que permite transitar (Carneiro, 2013; Francisco, 2023).

Ao pensarmos o devir-criança e as possibilidades em um sistema de poder é necessário refletir sobre que criança estamos falando. A infância não é apenas uma questão cronológica: a infância é uma condição da experiência (Kohan, 2005, p.5). A partir do olhar para as infâncias como experiência é possível ampliar o olhar para a temporalidade, das palavras gregas para tempo: o de continuidade *Chrónos*, o de proporção do *Kairós* e o de intensidade de vida humana *Aión*, esse último conecta ao poder da infância, se uma lógica temporal segue os números, a criança brinca com os números, a infância passa a ser vista não apenas como uma etapa, mas sim movimento marcado pela relação, em redes, teias em que se abrem possibilidades (Kohan, 2005; Deligny, 2015; Guattari, 1987).

Para Kohan (2005) podemos pensar em duas infâncias, observadas nas distinções de história e devir, e nas de *Chónos* e *Aión*; uma infância majoritária, que ocupa espaços molares como as escolas e outra, a infância minoritária, que resiste aos movimentos totalizantes. Segundo o autor, habitamos os dois espaços, as duas infâncias, não se combate uma ou outra, não é o que deve ser, mas a possibilidade real do que pode ser.

Na atualidade contemporânea, em um modo de vida neoliberal, individualista e adultocêntrico as vidas e infâncias vistas como diferentes, que escapam à norma, tendem a ser vistas como patológicas, há uma necessidade de homogeneização, que é essencial para a economia capitalista (Guattari, 1987; Francisco, 2023). Ao propor a luta micropolítica, Guattari (1987) destaca que não se deve proteger a criança do mundo exterior, mas ajudá-la a fazer frente, de forma que ela consiga aprender como a sociedade opera, permitindo modos autônomos de expressão.

A esquizoanálise como possibilidade de prática clínica com infâncias traz o olhar em rede, uma teia de relações, que não impõe padrões; desvia-se de uma

prática padronizada, predeterminada, as decisões são tomadas coletivamente, há necessidade de todos estarem implicados (Deligny, 2015; Francisco, 2013).

Na clínica com infâncias o brincar é muito presente, mas que brincar é esse? Muitas vezes o brincar está ligado ao desenvolvimento de uma habilidade, operando em prol do capitalismo, pensando no futuro adulto produtivo. Na esquizoanálise o brincar é visto como máquina de guerra, que possibilita romper com a lógica cristalizada, na abertura para novos fluxos e desejos, o brincar é livre e por isso uma máquina de guerra que vai contra o adultocentrismo, que foge da utilidade, da forma e do tempo imposto pelos adultos (Francisco, 2013).

Da mesma forma a repetição, de uma brincadeira, de brinquedos, de desenhos, que em uma clínica estruturada e porque não estruturalista, focada no desenvolvimento de habilidades é visto como dificuldade a ser superada, em um olhar esquizoanalítico a repetição não é como andar em círculos, mas um processo criativo, o ritornelo como expressividade não imediata, como processo criativo, que em pequenas modulações permite o surgimento do novo, a partir do que já é conhecido (Deleuze; Guattari, 1997; Francisco, 2013).

CONCLUSÃO

O profissional da Psicologia na clínica esquizoanalítica atua como um cartógrafo que olha para a singularidade da criança, identifica o que aprisiona, o que restringe, as dicotomias, o diagnóstico que limita e favorece a raspagem para a construção de novas possibilidades de viver e de sentir, agenciando territórios de produção desejante, de devir, de outros possíveis.

Romper com a clínica tradicional, com a visão adultocêntrica não é uma tarefa simples, já que não estamos acostumados à liberdade, mesmo que em pequenas experiências. Não se trata só de desejarmos a ruptura total dos sistemas que operam na atualidade, mas criar resistência, compreensão e produção de possibilidades de vida que escapam, que se expressam no minoritário, e que por isso podem viver em abundância e pertencimento.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo. Gilles Deleuze e Félix Guattari: entre-lugar de duas vidas. **Revista de Estudos Universitários** - REU, Sorocaba, SP, v. 37, n.2, 2012.

CARNEIRO, Altair de Souza. **Deleuze & Guattari: uma ética dos devires**. 2013, 114f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE. 2013.

CASSIANO, Marcella; FURLAN, Reinaldo. O Processo de Subjetivação Segundo a Esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, 2013. p. 372-378.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v. 4.

DELIGNY, Fernand. **O Aracniano e outros textos**. Tradução de Lara de Malimpensa. São Paulo: n-1 edições, 2015.

FRANCISCO, Rayanne Suim. **“Quando eu crescer, quero ser criança”**: com um mundo adulto às avessas, fazer cartografia. 2023, 201 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 2023.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. Tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HUR, Domenico Uhng. Esquizoanálise e Política: proposições para a Psicologia crítica no Brasil. **Teoría y crítica de la psicología**. v. 3, 2013, p. 264-280.

KOHAN, Walter Omar. **A infância da Educação: o conceito devir-criança**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 2, nº 1, 2005.

**TECNOLOGIA ACESSÍVEL NA GESTÃO SOCIOASSISTENCIAL:
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DIGITAL PARA OS CRAS**

Janaína Conceição Barboza*; Rodrigo de Oliveira Sandri**4

RESUMO

A expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem transformado os processos de trabalho, ampliando as possibilidades de organização e utilização das informações. No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005a), a informação constitui elemento estratégico para o planejamento e aprimoramento das ações socioassistenciais, especialmente por meio da Vigilância Socioassistencial, responsável pela produção e organização de informações que subsidiam a gestão e a tomada de decisões (Brasil, 2005b). Diante desse cenário, apresenta-se este relato de experiência com o objetivo de descrever o desenvolvimento e a implantação de um sistema digital de baixo custo e suas possibilidades de contribuição para a atuação da Psicologia no âmbito das políticas públicas. No município de Umuarama, Paraná, o acompanhamento dos atendimentos realizados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) era realizado por meio de planilhas eletrônicas. Embora possibilitasse o registro das demandas, o modelo apresentava limitações e dificuldades técnicas no acompanhamento e atualização dos indicadores. A busca por sistemas especializados evidenciou custos incompatíveis com a realidade municipal, motivando a construção de uma alternativa de baixo custo. Nesse contexto, foi desenvolvido um sistema digital a partir de ferramentas gratuitas, destinado ao cadastro e acompanhamento dos usuários e estruturando um banco de dados para cada CRAS, possibilitando assim a visualização de painéis de indicadores em tempo real. A organização dessas informações amplia a compreensão das demandas dos usuários e subsidia o planejamento profissional, perspectiva relevante para a Psicologia nas políticas públicas, ao considerar os sujeitos em relação aos contextos sociais e territoriais em que estão inseridos. O sistema foi implantado em agosto de 2026, não sendo possível avaliar seus impactos quantitativos nos processos de trabalho. Entretanto, a experiência demonstra o potencial de ferramentas digitais acessíveis como alternativa para municípios que buscam aprimorar a gestão da informação sem depender de soluções tecnológicas de alto custo.

Palavra-chave: Psicologia. Assistência Social. Tecnologia da Informação.**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005a.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, NOB/SUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005b.

⁴ Mestra em Sociedade e Desenvolvimento, UNESPAR; bacharela em Serviço Social, UNESPAR. Secretaria Municipal de Assistência Social de Umuarama/PR. E-mail: janainacbarbozaa@gmail.com.

******Bacharel em Design Digital, PUCPR; graduando em Psicologia, UniALFA. Secretaria Municipal de Assistência Social de Umuarama/PR. E-mail: rodrigoliveira.sandri@gmail.com.

**ALIENAÇÃO E ATIVIDADE HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA
HISTÓRICO-CULTURAL PARA A COMPREENSÃO DO SUJEITO**Renata Soares de Mendonça*; Débora Mendes Baggio**⁵**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de alienação a partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, considerando sua relação com o trabalho, a atividade humana e a constituição da consciência. Uma pesquisa bibliográfica de natureza teórico-conceitual, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e articulada a produções contemporâneas da área. Para Marx (2004), o trabalho constitui uma atividade fundamental da existência humana, por meio da qual o sujeito transforma a natureza e, simultaneamente, transforma a si mesmo. Nas relações sociais capitalistas, o trabalho pode assumir uma forma alienada, caracterizada pelo estranhamento do trabalhador em relação à própria atividade, na qual o indivíduo não se reconhece. Leontiev (1978), a partir da Teoria da Atividade, contribui para compreender a alienação, relacionando-a à estrutura da atividade humana. Essa relação possibilita compreender como determinadas condições concretas de trabalho podem produzir contradições, contribuindo para processos de alienação e sofrimento psíquico. Vigotski (2001), ao discutir as funções psicológicas superiores como constituídas e mediadas nas relações sociais e culturais, amplia a compreensão da consciência como processo histórico e social. Toassa, Asbahr e Souza (2023) reafirmam a vinculação da Psicologia Histórico-Cultural ao legado marxista e à compreensão histórico-social do psiquismo. Dessa maneira, a alienação não deve ser compreendida como um fenômeno individual ou psicológico, mas como um processo constituído nas relações sociais e nas condições concretas em que as atividades humanas são desenvolvidas.

Palavras-chave: Alienação. Trabalho. Psicologia Histórico-Cultural.**REFERÊNCIAS**

LEONTIEV, A. N. **Activity, consciousness and personality**. Moscow: Progress Publishers, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

TOASSA, Gisele; ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Marxismo e psicologia: das origens do comunismo às primeiras décadas de psicologia soviética no Brasil. In: ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira (org.). **Teoria histórico-cultural no Brasil: grupos de pesquisa e desenvolvimento histórico**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁵ Aluna em formação no Curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA. E-mail: psimendonca.renata@gmail.com

**Doutoranda e Mestra em Psicologia pela UEM. Coordenadora e docente do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA de Umuarama. E-mail: debora.baggio@alfaumuarama.edu.br

**A PSICOLOGIA E OS POVOS ORIGINÁRIOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A
VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E DA SAÚDE MENTAL**Eloise Carolina da Costa Scheer*; Thalita Cristina Conchon de Siqueira**; Débora
Mendes Baggio***⁶**RESUMO**

O presente trabalho trata-se de um estudo de reflexão teórica, fundamentado em revisão bibliográfica e em diretrizes técnicas do Conselho Federal de Psicologia e tem como objetivo analisar as contribuições da Psicologia para a valorização da identidade e da saúde mental dos povos originários. A Psicologia tem ampliado seu olhar para as questões relacionadas aos povos originários, reconhecendo a cultura, a identidade e o contexto histórico na compreensão da saúde mental. Os processos de exclusão aos quais os indígenas foram submetidos impactam diretamente seu bem-estar psicológico (Gonçalves, 2020). Os povos originários ocupam um lugar fundamental, e a Psicologia tem o desafio ético de reconhecer e respeitar seus modos próprios de existir. Torna-se indispensável superar perspectivas coloniais e valorizar os saberes tradicionais como forma de conhecimento e de promoção da saúde. A ruptura entre humanidade e natureza está na base das crises contemporâneas, sendo necessário repensar as formas de viver e se relacionar com o mundo (Krenak, 2019). A atuação ética e sensível do psicólogo fortalece processos de pertencimento e de reconhecimento das identidades indígenas, além de contribuir para o enfrentamento das desigualdades, promovendo práticas comprometidas com a interculturalidade e o respeito às diferentes formas de subjetivação-(Conselho Federal de Psicologia, 2022).

Palavras-chave: Psicologia. Povos originários. Saúde mental.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas**. Brasília: CFP, 2022.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Psicologia, sociedade e direitos humanos. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶ * Graduada em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; integrante do grupo de pesquisa NUDIMD (Núcleo de Diversidade, Minorias, e Direitos Humanos da UniALFA); elo.scheer@gmail.com

**Graduada em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; integrante do grupo de pesquisa NUDIMD (Núcleo de Diversidade, Minorias, e Direitos Humanos da UniALFA); thalitacconchon@gmail.com

*** Doutoranda em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; integrante do grupo de pesquisa NUDIMD (Núcleo de Diversidade, Minorias, e Direitos Humanos da UniALFA); debora.baggio@alfaumuarama.edu.br

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO USO DE TDICS, RECURSOS LÚDICOS E GAMIFICAÇÃOFabiana Marcos da Silva*; Karina Fonseca Ramos**; Juliana Marques Meirinho***⁷**RESUMO**

O presente estudo tem por objetivo apresentar e discutir implicações na aplicação de recursos, como recursos lúdicos e gamificação, no processo de avaliação psicológica infantil, apontando seus possíveis desafios e possibilidades. A partir de uma pesquisa bibliográfica realizou-se uma análise de materiais relevantes da literatura científica, com o objetivo de investigar produções teóricas e práticas que discorram sobre o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, de recursos lúdicos e gamificação na avaliação psicológica infantil. Contribuindo deste modo, com a produção de novas possibilidades na utilização de instrumentos tecnológicos na avaliação psicológica infantil e com a reflexão crítica quanto à utilização desses instrumentos. Diante do exposto, foi possível perceber que o uso da ludificação e da gamificação representa um importante avanço para práticas na avaliação psicológica infantil. Sendo indispensável que o profissional esteja atualizado e capacitado quanto aos avanços e recursos disponíveis, e reflita quanto aos impactos dos instrumentos na avaliação.

Palavras-chave: Avaliação psicológica infantil. Gamificação. TDICs.

INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica é um processo dinâmico de investigação de fenômenos psicológicos, que pode ser aplicado em diversos contextos, com públicos variados, sendo eles, pessoas ou grupos de pessoas com a finalidade de fornecer informações para uma tomada de decisão frente a uma demanda. Sustentada em métodos, técnicas e/ou instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente, cabendo ao profissional decidir quais os mais adequados a serem utilizados (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

Quando aplicada ao público infantil, a avaliação psicológica exige especial atenção quanto às especificidades do desenvolvimento, além de requerer adaptações à linguagem e maneiras de interagir com o avaliando. Com os avanços tecnológicos, novas possibilidades vêm sendo integradas a esse processo, assim como diferentes recursos lúdicos e estratégias de gamificação podem ser utilizados, garantindo possibilidades de uma avaliação mais dinâmica e interativa.

⁷ Acadêmica do 9º Período de Psicologia/UniALFA - karinafonsecaramos@gmail.com

**Acadêmica do 9º Período de Psicologia/UniALFA - fabianamarcosdasilva@gmail.com

***Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense - Unipar; Mestra em Prevenção e Tratamento de Usuários de Álcool e Outras Drogas pelo HCPA/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Saúde Mental pela Univale. julianameirinhopsi@gmail.com

O objetivo deste trabalho é discutir a aplicação de TDICs, recursos lúdicos e da gamificação na avaliação psicológica infantil, apontando seus desafios e possibilidades. Para tanto, buscou-se compreender de que maneira tais recursos vêm sendo empregados e quais benefícios sua aplicação pode promover na coleta de dados no processo de avaliação psicológica infantil.

O presente estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar a literatura científica sobre o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), de instrumentos lúdicos e da gamificação na avaliação psicológica infantil. A coleta de dados foi realizada nas bases Google Acadêmico e SciELO Brasil, que possibilitaram o acesso aos artigos e livros utilizados nesta pesquisa, além de resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) relacionadas à temática investigada.

DESENVOLVIMENTO

A condução de um processo de Avaliação Psicológica com crianças difere da Avaliação Psicológica com adultos, em razão do processo não ser efetivado somente com a participação do avaliando, sendo imprescindível iniciar o processo com o consentimento dos pais ou responsáveis legais (Bandeira *et al.*, 2021, p. 58).

A participação dos responsáveis pela criança deve ocorrer desde as entrevistas iniciais, possibilitando a compreensão da demanda, das características da criança e dos motivos do encaminhamento, quando este for realizado por outro profissional. Nesse sentido, é fundamental que pais ou responsáveis legais estejam envolvidos desde o início do processo, pois cabe a eles explicar à criança, de forma clara e adequada à sua idade, como ocorrerá a avaliação psicológica, favorecendo sua compreensão e participação colaborativa (Bandeira *et al.*, 2021).

Com o avanço das tecnologias, torna-se fundamental refletir sobre os desafios de integrá-las à prática da Psicologia. Nesse contexto, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) consolidaram-se e passaram a possibilitar práticas antes inviáveis (Cóser; Miguel, 2021). Inicialmente de caráter experimental, seu uso foi impulsionado pela pandemia de COVID-19, em 2020, levando o Conselho Federal de Psicologia a estabelecer novas normas para a

prestação de serviços psicológicos. Em 2024, o CFP publicou a Resolução nº 9/2024, que regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por TDICs.

Considerando a crescente inserção das crianças no contexto das TDICs, o uso de recursos tecnológicos na avaliação psicológica infantil mostra-se promissor. A aplicação de testes por meio de dispositivos da tecnologia torna-se mais simples e menos custoso para o profissional e pode favorecer o envolvimento das crianças durante sua realização, conforme descrito na literatura (Delgado *et al.*, 2012 *apud* Mansur-Alves; Miguel, 2021).

Cardoso *et al.* (2021), em estudo sobre a utilização de técnicas não padronizadas na avaliação psicológica de crianças com problemas no neurodesenvolvimento, afirmam que integrar diferentes fontes de informação permite uma visão integral e favorece intervenções mais adequadas, além de prever dificuldades, respostas ao tratamento e reações cognitivas e emocionais. Para isso, utilizaram atividades lúdicas e jogos, individualmente e em grupo, para avaliar habilidades cognitivas, linguísticas, entre outras.

Os autores afirmam também, que quando se avalia problemas do desenvolvimento, requer-se considerar análises específicas capazes de apresentar os melhores indicadores de desempenho, além de observar aspectos que vão além dos sintomas, como por exemplo, a qualidade de vida do indivíduo. Sendo assim, os protocolos de observação de comportamento e interação com o ambiente, onde se pode analisar intensidade, duração e peculiaridades ambientais, têm se mostrado de grande vantagem para obter informações detalhadas dos processos cognitivos.

Oliva *et al.* (2019), apresentam o jogo com um instrumento eficaz na captura de informações sobre a criança e sua realidade, possibilitando ao terapeuta uma melhor adequação do tratamento, recomendações e encaminhamentos. Além disso, a gamificação oferece dinamicidade, estimulando a criança a completar o objetivo requerido, diferente de outras práticas que podem ser monótonas e repetitivas, despertando o tédio e desinteresse.

Os autores afirmam que antes de realizarem a aplicação da gamificação na avaliação de crianças que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down, os pacientes se mostravam dispersos por conta das características de suas síndromes ou de fatores externos, porém, após um período

de aplicação com jogos, perceberam um visível aumento na concentração e produtividade das crianças.

Além das possibilidades e benefícios para a obtenção de dados na avaliação psicológica, Santos *et al.* (2024), relatam que a gamificação contribui sobremaneira ao desenvolvimento de habilidades, pois os jogos requerem planejamento e pensamento estratégico para resoluções de problemas de forma criativa, ampliando o pensamento crítico, memória e concentração.

Os autores afirmam também que o contato da criança com o lúdico, jogos e brincadeiras, promoverá na fase adulta melhor socialização e interação, pois assim, desenvolve sua comunicação além de promover autoestima, restauração da identidade, ampliando sua visão de mundo, superação de medos, timidez e inibição.

Navarro (2013) afirma que o contato com diferentes objetos em atividades lúdicas promove o desenvolvimento sensorial, aguçando os cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição e paladar). Ao unir ação e pensamento, integra o corpo e favorece o desenvolvimento psicomotor. Afirma ainda que os jogos aprimoram capacidades mentais, como atenção, memória, compreensão e organização do pensamento, promovendo o desenvolvimento cognitivo (Johnson, 2005 *apud* Navarro, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que o uso da ludificação e da gamificação representa um importante avanço para práticas mais eficazes na avaliação psicológica infantil. Esses instrumentos, além de favorecerem o engajamento e participação das crianças, ainda podem contribuir para a ampliação das informações obtidas durante o processo avaliativo, favorecendo uma compreensão mais abrangente do indivíduo.

Para isso, é indispensável que o profissional esteja atualizado quanto aos avanços e recursos disponíveis, que reflita quanto aos impactos dos instrumentos na avaliação, não se esquecendo do cuidado, escuta e compreensão subjetiva. Se faz necessário ainda, que o psicólogo esteja capacitado para lidar com situações e desencadeamentos das atividades.

O uso das TDICs, bem como dos recursos lúdicos e da gamificação, quando fundamentado em princípios técnicos, científicos e éticos, pode tornar a avaliação psicológica infantil uma experiência mais significativa e acolhedora, favorecendo intervenções mais assertivas e o fortalecimento do vínculo entre o profissional e a criança. Nesse sentido, para que esses recursos cumpram sua finalidade, sua utilização deve ser planejada de forma estratégica, intencional e coerente com os objetivos da avaliação.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Denise Ruschel; SCHNEIDER, Andréia M. de Almeida; CATTANI, Beatriz Cancela. O Processo de Avaliação Psicológica de Crianças e Adolescentes. *In: MANSUR-ALVES, Marcela et al. (org.). Avaliação Psicológica na Infância e Adolescência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 57-68.

CARDOSO, Jaqueline Pereira Carvalho; PAULA, Fernando Silva; SANTANA, Jeanny Joana Rodrigues Alves de. Neurodesenvolvimento infantil: relato de avaliação psicológica sem uso de técnicas padronizadas. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 38, n. 116, p. 152–166, maio/ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 9, de 18 de julho de 2024**. Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2024.

CÓSER, Samanta S. do Santos; MIGUEL, Fabiano Koich. Avaliação Psicológica e o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: possibilidades a partir das regulamentações do Conselho Federal de Psicologia. *In: SILVA, Rafael Bianchi; SEI, Máira Bonafé (org.). Psicologia e Contemporaneidade: pesquisas, experiências e reflexões*. Londrina: UEL, 2021. p. 10-25.

LIMA, Thatiana Helena; CUNHA, Neide de Brito; SUEHIRO, Adriana C. Boulhoça. Produção Científica na Avaliação Psicológica no Contexto Escolar/Educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 23, 2019.

MANSUR-ALVES, Marcela; MIGUEL, Fabiano Koich. Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Avaliação de Crianças e Adolescentes. *In: SILVA, Rafael Bianchi; SEI, Máira Bonafé (org.). Psicologia e Contemporaneidade: pesquisas, experiências e reflexões*. Londrina: UEL, 2021. p. 93-105.

NAVARRO, Gabrielle. **Gamificação: a transformação do conceito do termo jogo no contexto da pós-modernidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – CELACC/ECA - USP, São Paulo, 2013.

OLIVA, Julia Costa; OLIVEIRA, Maria Clara Rollemberg Lima de; SILVA, Isabella

Geovanini Otto da; GOMES, Helena Patrício de Oliveira; BITTENCOURT, João Marcos; AMADO, Giuseppe. Gamificação de testes psicológicos para alfabetização e competências espaciais de crianças portadoras de autismo e síndrome de Down. ***Ergodesign & HCI***, Rio de Janeiro, v. 7, n. Especial, p. 105-115, dez. 2019.

SANTOS, Adna Evangelista Couto; COSTA, Jéssica de Souza; SANTOS, Mileide Pereira Nascimento; JESUS, Thaís dos Santos. Gamificação na educação infantil: impactos e desafios. ***Revista Formadores***, v. 21, n. 3, 2024.

CRAS NO BAIRRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO SUAS

Eloise Carolina da Costa Scheer*; Janaine Alves Furio**; Luana Glinglani Mancini***; Maria Eduarda Aguiar P. da Silva****; Vitória Rigon Bonilha*****; Karina Soares Ambrozio*****⁸

RESUMO

O trabalho apresenta o relato de experiência referente a um estágio curricular obrigatório do curso de Psicologia, realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em um município da região noroeste do Estado do Paraná. A intervenção foi fundamentada na Psicologia Comunitária e buscou descentralizar as ações do CRAS, a fim de possibilitar o acesso dos(as) moradores(as) aos serviços oferecidos, e a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais da população residente nestes bairros. Desse modo, obteve-se como resultado a possibilidade de ampliar o acesso às informações sobre benefícios, serviços ofertados, escuta ativa, e fortalecimento de vínculo entre a comunidade e o CRAS, a partir de uma atuação em Psicologia de forma crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Assistência Social. Psicologia Comunitária. Estágio em Psicologia.

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem por finalidade apresentar as vivências do Estágio Supervisionado Obrigatório de Núcleo Comum (ESONC) do curso de Psicologia, realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em um município da região noroeste do Estado do Paraná. O estágio foi desenvolvido em grupo formado por cinco alunas, sob orientação de uma docente, visando promover a experiência da atuação da Psicologia nas políticas públicas.

O CRAS é o equipamento responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se como porta de entrada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social em áreas de vulnerabilidade e risco social, dentro do seu território de abrangência (Brasil, 2009). Com a oferta de serviços, programas e benefícios, o CRAS atua na prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social,

⁸ * Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; elo.scheer@gmail.com

**Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; janainepsicofurio@gmail.com

***Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; facul.luah@gmail.com

****Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; mariaaguiarpse@gmail.com

*****Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; vitoriariigonb@gmail.com

*****Mestre em Sociedade e Desenvolvimento (UNESPAR), psicóloga e docente do curso de psicologia da UniALFA; Umuarama-PR; psi.karinaambrozio@gmail.com

desenvolvendo potencialidades e fortalecendo vínculos familiares e comunitários (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Durante os meses de estágio no CRAS, as estagiárias realizaram entrevistas e observações, a partir das quais verificou-se que o município possuía apenas três Centros de Referência de Assistência Social para uma população de mais de 100 mil habitantes, e que a quantidade destes equipamentos não era suficiente para atender toda a demanda existente. Neste contexto, identificou-se a necessidade de contribuir para uma atuação do CRAS com maior proximidade de seus usuários, sendo escolhidos, como locais para as ações propostas, dois bairros. O intuito da intervenção proposta foi atuar nesse território, com a escuta ativa, levando aos indivíduos possibilidades de exercício de sua cidadania a partir de sua própria realidade. A justificativa foi assistir à população que reside nos dois bairros selecionados e adjacências, visto que o CRAS é responsável por promover acesso aos direitos de cidadania, enfrentar vulnerabilidades e promover potencialidades que fortaleçam os vínculos e possibilitem construir a autonomia de indivíduos e famílias (Brasil, 2009).

Nesse contexto, a intervenção foi desenvolvida a partir da perspectiva teórica da Psicologia Comunitária que compreende o indivíduo em seus processos culturais e em relação com a comunidade, sendo parte dele, não havendo como separar o indivíduo de seu espaço e de suas relações (Góis, 2003). Ademais, a psicologia como profissão tem o dever de trabalhar pautada no princípio do compromisso social, que busca uma atuação crítica voltada à transformação das condições de vida e ao enfrentamento das desigualdades (Bock, 1999). Assim, compreende-se que uma proposta de intervenção que busca aproximar a população das políticas públicas, justifica-se também pelo alinhamento com os parâmetros éticos e políticos desta profissão.

DESENVOLVIMENTO

As ações do projeto “CRAS no Bairro” foram desenvolvidas ao longo de seis semanas, sendo a primeira e a quarta nos bairros selecionados e adjacências e as demais nos bairros selecionados (I e II), e cada ação teve duração média de duas horas. Na primeira e na quarta semana, as estagiárias realizaram a busca ativa na comunidade dos referidos bairros e em quatro bairros próximos, com o objetivo de

sensibilizar a população na participação das ações, realizando a articulação com líderes de bairro e com profissionais vinculados às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) para a divulgação das ações subsequentes por meio de distribuição de materiais informativos impressos e digitalizados, encaminhados aos grupos de pais e moradores.

Na segunda e na quinta semana, foi desenvolvida a ação intitulada “Café com CRAS”, na qual as estagiárias informaram aos usuários sobre os serviços e benefícios disponíveis no CRAS, bem como os meios para acessá-los, a partir de interações com os(as) moradores(as) enquanto serviam-se de um café da tarde. Participaram desta atividade, sete pessoas no Bairro I e 78 pessoas no Bairro II. Neste momento, foi possível a realização da escuta ativa dos(as) moradores(as) sobre as demandas da comunidade, principalmente no Bairro I.

Na terceira e na sexta semana, em cada bairro, foi realizado o “CRAS na comunidade”, evento que ocorreu de forma diferente em cada local, visando a promoção da autonomia dos sujeitos, na construção da sua vida em comunidade. No Bairro I, foram realizadas atividades lúdicas com a comunidade, visando à propagação de informações sobre os serviços e benefícios oferecidos pelo CRAS, com o objetivo de fortalecer os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento dos sujeitos à comunidade, com a participação de 15 pessoas. Durante as atividades, foi possível perceber, que as pessoas buscavam por socialização, escuta e troca de experiências.

Já no Bairro II, houve o apoio da equipe do CadÚnico para realizar cadastros, atualizações, tirar dúvidas e orientar aproximadamente 25 moradores, juntamente com as estagiárias e o psicólogo supervisor do CRAS. Durante a ação, os(as) usuários(as) relataram dificuldades de locomoção até o CRAS e dúvidas sobre a documentação necessária para acesso a benefícios, evidenciando a importância de uma atuação que se desenvolve diretamente no território, que se propõe a ser dialógica e colaborativa, que favoreça a construção compartilhada de conhecimentos e a problematização de saberes e relações de poder naturalizadas no cotidiano (Ximenes *et al.*, 2009).

A partir da ação desenvolvida nos bairros, foi possível refletir que uma Psicologia comprometida com a transformação social, ao atuar no território, deve

direcionar seu foco não apenas às necessidades, mas também para as potencialidades dos sujeitos e da comunidade (Conselho Federal de Psicologia, 2021). Somado a isso, observou-se que a integração das ações das estagiárias e da equipe do CRAS com o atendimento do CadÚnico está alinhada ao papel da psicologia comunitária, que busca desenvolver práticas que aproximem os serviços institucionais às realidades locais, reconhecendo o território como um espaço para a promoção de vínculos, autonomia e transformação social (Góis, 2003).

Por fim, a partir da Psicologia Social Comunitária (Góis, 2005; Macêdo *et al.*, 2015), politizada e comprometida socialmente, a intervenção proposta trouxe como possibilidade metodológica a atuação no território, na identificação conjunta de necessidades e potencialidades, proporcionando conhecimento e vivências para além da estrutura física do CRAS, voltados para a realidade local.

CONCLUSÃO

A intervenção apresentada teve uma devolutiva positiva tanto das comunidades participantes, quanto dos profissionais do CRAS. As ações favoreceram processos de conscientização, prevenção e articulação comunitária voltados à ampliação do acesso a direitos, além de fortalecerem o sentimento de pertencimento dos usuários, que por sua vez, manifestaram interesse na continuidade dos encontros semanais. Ademais, sob a perspectiva dos profissionais, a atuação das estagiárias também promoveu reflexões a respeito da valorização do trabalho com grupos como estratégia de intervenção psicossocial e demonstrando seu potencial para mobilizar a comunidade, fortalecer vínculos e qualificar as ações desenvolvidas no território.

Isso evidencia que a manutenção deste projeto como estratégia de intervenção territorial, com a alternância de temas conforme as demandas locais, mostra-se de grande relevância para a comunidade. Além de estimular o sentimento de pertencimento ao território, fortalece os grupos, o compartilhamento de experiências e mobiliza os participantes para o exercício do compromisso social. É importante ressaltar que, para a formação das estagiárias, a intervenção trouxe novos modos de olhar a política de assistência social, que deve trabalhar em consonância com as demais políticas públicas para que, dessa maneira, os direitos

sejam garantidos em sua integralidade. Neste sentido, Pincolini (2021, p. 87) afirma que é necessário construir articulações com as outras políticas, para que assumam seu papel, superando com a lógica: “se o CRAS não prover, ninguém proverá”, já que, assim, além de desvirtuar o papel do CRAS, contribui-se para que as demais políticas não assumam o que lhes competem na proteção social.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, 1999, p. 315-329.

BRASIL, **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, DF: 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf. Acesso em: 16 jun 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atuação do Psicólogo na Proteção Social Básica da PNAS. In: **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: 16 jun 2026.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada**. Fortaleza: UFC, 2003.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais: Fortaleza, 2005.

MACÊDO, Orlando Júnior Viana; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos; SOUZA, Gabriel Pereira; OLIVEIRA, Vinicius Suarez. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, 2015. p. 809-823.

PINCOLINI, Ana Maria Frachi. **Psicologia que sobe morro e desce ladeira: vinhetas não? clínicas de atuação da psicologia no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**, 1. ed., Curitiba: Appris, 2021.

**ENTRE O BRINCAR E AS POSSIBILIDADES DE SER: UMA CONTRIBUIÇÃO
DA PSICANÁLISE EM DIÁLOGO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO**Stéfani Soares Almeida*; Isabela Barbado da Costa**; Eduardo Augusto Pavani***⁹**RESUMO**

O presente trabalho investigou o papel do brincar na constituição da subjetividade e na socialização infantil por meio da experimentação de papéis sociais. Realizou-se uma revisão bibliográfica em artigos científicos, abarcando obras clássicas e contemporâneas da psicanálise e dos estudos de gênero. Partiu-se da premissa de que a criança constitui sua subjetividade a partir das relações desenvolvidas ao longo de sua trajetória. Assim, a constituição subjetiva ocorre mediada pelos significados do campo social, no qual a criança se depara, desde cedo, com discursos que delimitam papéis e expectativas sobre o que é ser menino ou menina. Nesse contexto, o brincar surge como um espaço fundamental de experimentação, permitindo à criança tensionar essas normas de gênero, ocupar diferentes posições, criar possibilidades e elaborar experiências que transcendem as imposições sociais.

Palavras-chave: Criança. Brincar. Psicanálise. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em subjetividade e produção de sentidos, dificilmente associamos esses conceitos à infância. Naturalizamos processos do desenvolvimento humano, como se o indivíduo nascesse pronto. Entretanto, é nesse período que a criança começa a construir sentidos sobre si, o outro e o mundo, apropriando-se de valores, formas de se relacionar e modos de existir. Nesse sentido, a constituição do sujeito está atravessada pela linguagem e pelos significantes que organizam sua relação com o outro (Bonfim, 2014).

Apesar do avanço do reconhecimento da criança como sujeito de direitos a serem garantidos e respeitados (Brasil, 1990), ainda há discursos e expectativas sociais que a antecedem e delimitam suas possibilidades. Esse engessamento pode reduzir as possibilidades de experimentação, limitando as experiências subjetivas.

Considerando a perspectiva teórica da psicanálise, compreendemos que os processos psíquicos não se restringem ao consciente, reconhecendo o inconsciente como uma dimensão do funcionamento psíquico e da constituição do sujeito. Dessa forma, a constituição do sujeito, envolve as relações estabelecidas com o outro, nas quais a criança constrói e incorpora referências sobre si, o outro e o mundo

⁹ *Acadêmica do 6º período de psicologia. Faculdade Unialfa. stefanisoaresalmeida@gmail.com

**Acadêmica do 6º período de psicologia. Faculdade Unialfa. isabelabarbado3@gmail.com

***Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM); Mestre pelo PPE/UEM; Psicólogo pela UEM. Professor na Faculdade UniALFA. prof.edupavani@gmail.com

(Garcia-Roza, 2009).

Este trabalho tem como objetivo investigar o papel do brincar na constituição da subjetividade e na socialização infantil pela experimentação de papéis sociais. Analisaremos os processos da constituição da subjetividade infantil, considerando a formação das referências identitárias e o brincar como espaço de experimentação a partir do levantamento de diferentes perspectivas de autores que partem das teses psicanalíticas sobre o aparelho psíquico e a constituição da realidade subjetiva a partir das relações com os outros. Pretende-se ampliar essa discussão analisando como os estereótipos de gênero atravessam as experiências lúdicas.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de caráter qualitativo e de natureza exploratória. Desenvolveu-se por meio da leitura, análise e interpretação de obras clássicas e contemporâneas da psicanálise e dos estudos de gênero, optando-se pelo levantamento de artigos científicos na base de busca *SciELO*.

DESENVOLVIMENTO

Para adentrarmos a questão do desenvolvimento, faz-se necessário considerar a concepção psicanalítica acerca da sexualidade infantil, visto que não se trata do desejo em relação ao ato sexual adulto. Freud conceitua como sexualidade:

Chamamos sexual a toda conduta que, partindo de uma região erógena do corpo (boca, ânus, olhos, voz, pele etc.), e apoiando-se numa fantasia, proporciona um certo tipo de prazer. Que prazer? Um prazer que comporta dois aspectos. Primeiro, sua diferença radical daquele outro prazer que é proporcionado pela satisfação de uma necessidade fisiológica (comer, eliminar, dormir etc.). O prazer de mamar do bebê, por exemplo, seu prazer da sucção, corresponde, do ponto de vista psicanalítico, a um prazer sexual que não se confunde com o alívio de saciar a fome. Alívio e prazer por certo estão associados, mas o prazer sexual de sucção logo se transforma numa satisfação buscada por si mesma, fora da necessidade natural (Nasio, 1995, p. 34).

Nesse sentido, é a partir da sexualidade que os processos psíquicos começam a tomar forma, por meio das experiências de satisfação, prazer e/ou desprazer vividas nas relações com o outro, que se complexificam e ampliam as possibilidades de desenvolvimento da criança. Torna-se necessário compreender alguns dos principais conceitos da teoria freudiana que permitem pensar esse

processo. Entende-se o Ego/Eu como uma instância, em sua maior parte, consciente, responsável pela mediação entre sujeito e fatores da realidade, em dialética constante com o Id/Isso e o Superego/Supereu. O Id/Isso é inteiramente inconsciente, sendo a instância diretamente ligada às pulsões, compreendidas como forças internas que impulsionam o sujeito, aos desejos e às exigências de satisfação (Freud, 1976).

No processo de constituição da identidade, um dos principais mecanismos é a identificação, pelo qual a criança se espelha nos valores, modos de agir e formas de se relacionar. Para Lacan (1949 *apud* Bonfim, 2014), o Estádio do Espelho constitui um momento fundamental para a formação do Eu, no qual a criança passa a reconhecer uma imagem de si a partir da relação com o outro, evidenciando que a identidade não se constitui de maneira isolada. Nesse cenário, as relações no âmbito familiar são o primeiro espaço de socialização, de modo que ela passa a ser atravessada pela linguagem e ordem simbólica. Em concomitância, o Complexo de Édipo começa a se desvelar. Na formulação freudiana, a criança estabelece investimentos afetivos e libidinais em relação às figuras parentais, constituindo-se uma dinâmica de desejo, identificação, rivalidade e interdição. Ocorrendo a catexia objetual, ou seja, uma das figuras parentais ocupa a posição de objeto de amor e desejo, enquanto a outra assume uma posição de rivalidade, ao mesmo tempo em que configura-se a identificação. Por meio deste processo, a criança se depara com a frustração e com os limites que atravessam suas relações, o que incita uma reorganização dos investimentos pulsionais e das identificações assumidas. Nesta etapa, o Superego participa da constituição de referências morais, contribuindo para que a criança passe a lidar com limites, proibições e possibilidades. Pelo mecanismo de Introjeção, a criança internaliza as identificações e dá sentido às apropriações que fez. A incorporação também participa desse processo, possibilitando experimentar às internalizações, sendo o brincar um espaço para tal experimentação. Nesse sentido, as contribuições de Winnicott permitem compreender essa experiência como parte de uma área intermediária:

[...] se existe necessidade desse enunciado duplo, há também a de um triplo: a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma

reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (Winnicott, 1975, p. 12).

Os fenômenos transicionais não se encontram exclusivamente no mundo interno, nem pertencem completamente à realidade externa, mas constituem uma experiência intermediária entre ambos. Nessa área, denominada de espaço potencial, o objeto transicional ganha sentido para a criança pela relação que estabelece com ele. Winnicott considera que os processos inconscientes não se restringem aos conteúdos reprimidos, abrangendo modos de ser constituídos ao longo do amadurecimento. Nesse processo, o *self* se constitui progressivamente a partir das experiências da criança em relação ao ambiente, sendo o brincar um lugar fundamental no desenvolvimento, possibilitando a ela criar e se relacionar com o mundo a partir dessa experiência intermediária (Fulgencio, 2013).

A constituição da subjetividade acontece a partir dos significados que a criança encontra no campo social. Para Lacan, a diferença sexual não se limita à anatomia, precisando ser significada pela linguagem, sendo atravessada pelos discursos que organizam as posições possíveis para o sujeito (Bonfim, 2014). É nesse campo dualístico que a criança encontra expectativas sobre o que significa ser menino ou menina, que passam a participar de suas identificações e da construção de sua subjetividade. A partir do superego freudiano, essas expectativas podem ser compreendidas por meio das identificações e da internalização de normas e valores presentes nas relações sociais. Assim, aquilo que aparece como uma exigência externa pode ser incorporado pelo sujeito, passando a orientar sua forma de agir e se perceber. Em suas contribuições, Butler (2018, p. 54) afirma que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida” e, portanto, é formado e retroalimentado pela repetição de atos que dão a aparência de algo natural e estável, perspectiva que amplia o conceito de ordem simbólica em Lacan. Desse modo, se os papéis de gênero são construídos e reforçados socialmente, também podem ser questionados e ressignificados. Nesse ponto, o brincar se apresenta novamente como possibilidade, pois ao experimentar diferentes papéis e formas de ser, a criança pode ampliar suas possibilidades de identificação para além daquilo que tradicionalmente se espera de meninos e meninas.

CONCLUSÃO

A partir das discussões apresentadas, compreende-se que a constituição da subjetividade infantil não acontece de forma isolada, mas atravessada pelas relações, identificações e significados produzidos socialmente. A criança encontra, desde cedo, discursos que delimitam possibilidades sobre o que significa ser menino ou menina, os quais podem ser internalizados e participar da construção de sua própria forma de se perceber e se relacionar com o mundo. Nesse sentido, o brincar aparece como um espaço importante de experimentação, pois permite à criança ocupar diferentes posições, criar possibilidades e elaborar experiências que nem sempre correspondem às expectativas sociais. Pensar o brincar para além dos estereótipos de gênero não significa ignorar as diferenças, mas questionar a rigidez com que determinadas formas de ser são apresentadas como naturais ou próprias de cada sexo. Assim, aproximar a psicanálise dos estudos de gênero permite compreender que aquilo que parece dado/natural também é atravessado pela cultura, pela linguagem e pelas relações sociais. Ampliar as possibilidades oferecidas à criança é, dessa forma, cuidado, pois favorece experiências menos limitadas e formas de socialização mais abertas, contribuindo para uma subjetivação mais rica e de possibilidades criativas, de modo que o sujeito possa se reconhecer como alguém e não como outro do outro.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Flavia. Todo fálico e não-todo: construções lacanianas sobre a sexuação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 201-213, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 de ago.2026

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar; revisão técnica de Joel Birman. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id** (1923). In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Volume XIX (1923-1925): O Ego e o Id e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-83

FULGENCIO, Leopoldo. Ampliação winnicottiana da noção freudiana de inconsciente. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 143-164, 2013.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

NASIO, J.-D. (dir.). **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. TRio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar & a realidade**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Coleção Psicologia Psicanalítica). Título original: Playing and reality.

FATORES PSICOLÓGICOS ASSOCIADOS AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS ENTRE JOVENS

Guilherme de Oliveira*; Josieli da Silva Neto**; Rodrigo Fiorello***; Rodrigo Ramires****¹⁰

RESUMO

Este trabalho analisa os principais fatores psicológicos associados ao uso de álcool e outras drogas entre jovens. A adolescência e o início da vida adulta são períodos de intensas transformações emocionais, cognitivas e sociais, marcados pela construção da identidade, busca de pertencimento e desenvolvimento da autonomia. Nesse contexto, dificuldades de regulação emocional, impulsividade e baixa autoestima podem aumentar a vulnerabilidade ao consumo de substâncias. O uso pode aparecer como tentativa de aliviar ansiedade, tristeza, frustração, insegurança ou conflitos internos. Relações familiares conflituosas, falta de apoio emocional e dificuldades no ambiente social também podem intensificar essa vulnerabilidade. Assim, compreender a relação entre identidade, emoções, autoestima, impulsividade e contexto social é importante para desenvolver estratégias de prevenção, acolhimento e promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Adolescência. Fatores psicológicos. Uso de substâncias psicoativas. Regulação emocional; Saúde mental.

INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas (SPA) entre jovens é uma questão complexa para profissionais, educadores e pesquisadores da saúde mental. A adolescência e o início da vida adulta são marcados por mudanças emocionais, sociais e psicológicas que ampliam novas possibilidades, mas também podem aumentar a vulnerabilidade a comportamentos de risco. Nesse período, o consumo pode surgir como tentativa de lidar com conflitos internos, inseguranças, pressões sociais e dificuldades emocionais. Fatores como baixa autoestima, impulsividade, necessidade de pertencimento e dificuldade de regulação emocional podem contribuir para o uso abusivo de substâncias. O ambiente familiar, escolar e social pode atuar como fator de proteção ou de risco. No fim da adolescência e no início da vida adulta, destacam-se ainda a separação psicológica dos pais, a construção da autonomia e a consolidação da autoestima. Este trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores psicológicos associados ao uso de álcool e outras drogas entre jovens, considerando a influência de aspectos emocionais, familiares e sociais.

^{10*} Acadêmico do do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA: faculpsicologia1@gmail.com

^{**} Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA de Umuarama: josyneto47@gmail.com

^{***} Acadêmico do do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA de Umuarama: rofiorello@gmail.com

^{****} Doutor em Psicologia, Docente do curso de psicologia da Faculdade UniALFA de Umuarama: rodrigoramirez1@gmail.com

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e narrativo, buscando reunir estudos e obras relacionadas aos fatores psicológicos associados ao uso de álcool e outras drogas entre jovens. Foram considerados livros e artigos científicos relacionados à adolescência, identidade, regulação emocional, autoestima, impulsividade e relações familiares e sociais. A seleção do material teve como critério a relação com o objetivo proposto no trabalho, buscando compreender o fenômeno a partir de diferentes perspectivas da Psicologia.

DESENVOLVIMENTO

O consumo de álcool e outras drogas entre jovens é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve dimensões sociais, culturais e psicológicas. Durante a adolescência e o início da vida adulta, o sujeito passa por profundas transformações físicas, emocionais, cognitivas e psicossociais, sendo esse um período importante para a construção da identidade, da autonomia e das relações sociais. Essas características do desenvolvimento podem influenciar a forma como o jovem lida com situações de risco e com as escolhas relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas (Papalia; Martorell, 2022). Para compreender as formas de uso de SPA entre os jovens, devemos olhar para os diversos fatores que atravessam esse processo de transição no desenvolvimento. Entre os fatores psicológicos mais relevantes destaca-se a construção da identidade.

Um dos fatores psicológicos mais relevantes nesse contexto é a busca por identidade. A adolescência é marcada pela necessidade de pertencimento e pela construção do “eu”, o que pode levar o jovem a experimentar diferentes comportamentos para se afirmar socialmente. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2002), esse período é caracterizado pela formação da identidade, na qual o indivíduo recorre a referências externas, como grupos sociais, para se reconhecer. Dessa forma, o uso de álcool e outras drogas pode ser influenciado pelo desejo de aceitação ou pela tentativa de se adequar a determinados padrões sociais. Outro fator importante é a regulação emocional. A adolescência envolve mudanças e perdas simbólicas. Aberastury e Knobel (1981) destacam o luto pelo corpo infantil,

pela identidade e pelos papéis infantis e pelos pais da infância. Essas mudanças podem despertar ansiedade, insegurança, tristeza, frustração e ambivalência.

Quando o jovem ainda não dispõe de recursos para lidar com essas experiências, o uso de substâncias pode aparecer como tentativa de aliviar estados emocionais difíceis. O alívio, porém, tende a ser temporário e pode favorecer o uso recorrente. Segundo Dalgalarondo (2008), o consumo pode estar relacionado à tentativa de modificar estados emocionais desagradáveis, contribuindo para a manutenção do uso e para o desenvolvimento de dependência. A busca por novas experiências, associada à impulsividade e à dificuldade de avaliar consequências, também pode favorecer comportamentos de risco. A baixa autoestima pode levar o jovem a buscar no álcool e em outras drogas uma forma de aliviar sentimentos de inadequação, solidão ou rejeição.

Uma sociedade marcada por cobranças, respostas imediatas e busca constante por resultados pode aumentar a dificuldade de lidar com frustrações e favorecer escolhas impulsivas. Embora o foco deste trabalho esteja nos fatores psicológicos, é necessário considerar a influência das relações sociais. Conflitos familiares, relações de trabalho desgastantes, dificuldades interpessoais e falta de apoio podem intensificar ansiedade, insegurança, solidão e frustração. No ambiente familiar, a ausência de vínculos afetivos, dificuldades de comunicação e situações de violência podem comprometer a sensação de segurança e acolhimento. Segundo Winnicott (1983), um ambiente suficientemente seguro é fundamental para o desenvolvimento emocional saudável. Quando esse suporte é fragilizado, aumenta a vulnerabilidade diante das dificuldades e podem surgir formas inadequadas de lidar com o sofrimento.

O uso de álcool e outras drogas também pode agravar problemas psicológicos já existentes. Ansiedade e depressão podem ser intensificadas pelo consumo, formando um ciclo em que o jovem utiliza substâncias para aliviar o sofrimento e, posteriormente, enfrenta maior dificuldade emocional. Esse processo pode dificultar a interrupção do uso e contribuir para consequências mais graves.

O uso de substâncias entre jovens não deve ser compreendido apenas como um comportamento isolado, mas como uma forma de expressão de sofrimentos subjetivos muitas vezes não verbalizados. Como aponta Aberastury

(1981), a adolescência é um período de intensas crises e reorganizações psíquicas, no qual o jovem pode recorrer a diferentes formas de lidar com suas angústias, inclusive comportamentos de risco. Assim, é possível compreender o uso de álcool e outras drogas também como uma tentativa, ainda que problemática, de dar conta de conflitos internos e demandas emocionais.

Segundo Erikson (1976), essa etapa do desenvolvimento humano é caracterizada pelo conflito entre identidade e confusão de papéis, fazendo com que muitos jovens apresentem inseguranças, dúvidas e necessidade constante de aceitação e pertencimento social. Nesse contexto, o consumo de substâncias pode surgir como uma tentativa de lidar com sentimentos de inadequação ou facilitar a integração em determinados grupos sociais.

Diante disso, torna-se fundamental desenvolver estratégias preventivas voltadas não apenas para a proibição do uso de substâncias, mas principalmente para o fortalecimento emocional dos jovens. A promoção de espaços de escuta, acolhimento psicológico e educação em saúde pode contribuir para que os adolescentes desenvolvam maior consciência emocional e estratégias saudáveis de enfrentamento das dificuldades cotidianas. Segundo Freire (1996), a educação deve promover autonomia, reflexão crítica e transformação social, possibilitando que os sujeitos compreendam sua realidade e construam formas mais saudáveis de lidar com seus conflitos.

Como limitação, destaca-se que o presente trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, não envolvendo pesquisa direta com jovens. Dessa forma, estudos futuros poderão aprofundar a compreensão do tema por meio de pesquisas de campo e diferentes contextos sociais.

CONCLUSÃO

A partir das reflexões apresentadas neste trabalho, traçamos um entendimento de que o uso de SPA entre jovens não acontece de forma isolada, mas está relacionado a diferentes fatores emocionais, psicológicos, familiares e sociais. A adolescência é uma fase marcada por mudanças intensas, descobertas e inseguranças, fazendo com que muitos jovens encontrem dificuldades para lidar com seus sentimentos e conflitos internos e externos. Dessa maneira, torna-se

fundamental investir em ações preventivas que valorizem a escuta, o acolhimento e o fortalecimento emocional dos jovens. A família, a escola e os profissionais da saúde possuem papel essencial nesse processo, contribuindo para a construção de relações mais saudáveis e para o desenvolvimento da autonomia e do autocuidado. Portanto, compreender essa temática de forma humanizada é indispensável para promover saúde mental, qualidade de vida e melhores perspectivas para os jovens na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ERIKSON, Erik H. **Identidade**: Juventude e Crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983

GERAÇÃO Z NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E ADAPTAÇÃOCaroline dos Santos Barreiro*; Fabiana Marcos da Silva**; Karina Fonseca Ramos***;
Tânia Fonseca Ramos****; Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****¹¹**RESUMO**

O mercado de trabalho passou por diferentes mudanças ao longo dos anos em decorrência de fatores econômicos, sociais e tecnológicos. Nascidos a partir de 1998 a Geração Z apresenta comportamentos marcados pelo imediatismo, busca por respostas rápidas e preferência por ambientes dinâmicos, impactando sua adaptação aos modelos tradicionais de trabalho. Busca de autonomia e questionamento das estruturas hierárquicas tradicionais, preferência por relações horizontais e participativas, ao mesmo tempo, em que fatores como a instabilidade econômica e incertezas quanto ao futuro contribuem para o aumento da ansiedade e insegurança profissional. Compreender como a Geração Z executa suas atividades e se relaciona no ambiente de trabalho é fundamental, pois permite identificar valores, objetivos e motivações, além de avaliar se as funções atribuídas possibilitam suas melhores contribuições (Grubb, 2018). Boldrini e Lucena (2014) apontam que muitas empresas não estão preparadas para receber a Geração Z, pela ausência de programas estruturados, manutenção de gestão tradicional e dificuldade em acompanhar mudanças tecnológicas e comportamentais. A desburocratização e a redução da lentidão dos processos influenciam o envolvimento dos funcionários e impactam a rotatividade, considerando que a Geração Z não hesita em buscar novas oportunidades. As transformações trazidas desafiam os modelos organizacionais tradicionais e exigem novos modelos de gestão, alinhados às características e demandas da geração. Para por Lima *et al.* (2022), torna-se necessário investir em estratégias mais flexíveis, humanizadas e participativas, favorecendo a adaptação e permanência desses jovens nas organizações.

Palavras-chave: Geração Z. Mercado de trabalho. Gestão organizacional.

REFERÊNCIAS

BOLDRINI, Bruna Cristina; LUCENA, Wellington Machado. Os desafios enfrentados pelas organizações atuais pela inserção da “geração z” no mercado de trabalho.

Destarte, v. 4, n. 2, p. 45-63, 2014.

GRUBB, Valerie M. **Conflito de gerações: desafios e estratégias para gerenciar quatro gerações no ambiente de trabalho**. São Paulo: Autêntica Business, 2018.

LIMA, Emly Thomaz; BONIOLO, Maitê Cristina; SILVA, Thaís de Carvalho Midões e; OLIVEIRA, Margibel Adriana de. *Geração Z no mercado de trabalho: fatores que incentivam a motivação dos jovens nas organizações*. **Revista Científica ACERTTE**, v. 2, n. 6, 2022.

¹¹ Acadêmica do Curso de Psicologia. Faculdade ALFA Umuarama – UniAlfa. barreirocaroline08@gmail.com

** Acadêmica do Curso de Psicologia. Faculdade ALFA Umuarama – UniAlfa. fabianamarcosdasilva@gmail.com

*** Acadêmica do Curso de Psicologia. Faculdade ALFA Umuarama – UniAlfa. karinafonsecamos@gmail.com

**** Acadêmica do Curso de Psicologia. Faculdade ALFA Umuarama – UniAlfa. taniafonsecamos@outlook.com

***** Mestra em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar - profanabecker@gmail.com

HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: UM OLHAR CRÍTICO ENTRE REFLEXÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Derenice Silva Fontoura*, Debora dos Anjos Volpini**12

RESUMO

Este estudo analisa a violência doméstica contra a mulher e como as políticas públicas pautadas nos grupos reflexivos para homens autores de violência promovem reflexões críticas de responsabilização e promoção da não reincidência. O GHAV proporciona um espaço de escuta, acolhimento e troca de vivências, sem o intuito de julgamentos do que é certo ou errado e os resultados desses encontros contribuem para a desconstrução de padrões de masculinidade hegemônica e então, promove a construção de novas formas de convivência favorecendo a prevenção da reincidência, pautada nas temáticas abordadas sobre paternidade, gênero, masculinidade, sociedade patriarcal, tipos de violência e comunicação não violenta.

Palavra-chave: Homens autores de violência. Responsabilização do agressor. Cultura patriarcal. Violência doméstica.

INTRODUÇÃO

Um dos mais graves problemas sociais contemporâneos é a violência contra a mulher, que vem desafiando as políticas públicas em todo território nacional. No Brasil, os números são alarmantes, dados oficiais do Fórum Brasileiro da Segurança Pública de 2025, afirma que foram registradas 1.568 vítimas de feminicídio no Brasil em 2025, cerca de 4 a 6 mulheres são mortas por dia por causa da sua condição de gênero, muitas vezes dentro de suas próprias casas e por seus parceiros atuais ou ex-parceiros. Nos últimos cinco anos houve um aumento significativo no país, cerca de 14,5% de crescimento nos registros de feminicídio. O feminicídio é caracterizado quando o assassinato ocorre em razão da condição de ser mulher, seja em situações de violência doméstica e familiar, ou em circunstâncias marcadas por menosprezo e discriminação contra a mulher (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2026).

Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de estratégias que não apenas punam os agressores, mas que também promovam reflexão e mudança de comportamento. Como política de enfrentamento a violência contra a mulher,

¹² *Acadêmica do Curso de Psicologia. Faculdade UniALFA. derenicefontoura@gmail.com

**Psicóloga Clínica e Jurídica; Docente de Psicologia na Faculdade Alfa de Umuarama; Pós-graduada em Gestão do Sistema Único de Assistência Social, em Psicologia Histórico-Cultural e em Psicologia e Serviço Social no Sistema de Justiça; e-mail: deboraanjospsico@gmail.com

temos a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha que se consolidou ao longo de duas décadas, temos também a Lei nº 13.104/2015 conhecida como Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio e também o classificou como crime hediondo. Nos últimos anos, passaram a ser tipificados crimes como o stalking, a violência psicológica e a importunação sexual, além da previsão específica para a criminalização do descumprimento de medidas protetivas de urgência (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2026).

Para que possamos compreender melhor o perfil do agressor, já que a prisão de forma isolada não transforma sua conduta violenta. É necessário que o estado ofereça suporte para a reinserção social, pessoal e profissional desses autores como forma de prevenir a revitimização dessa mulher. Precisamos propor políticas públicas voltadas ao agressor pautada na psicoeducação visando interromper o ciclo da violência e reduzir a reincidência (Ferreira, 2024).

É nesse contexto que surgem os grupos reflexivos para homens autores de violência, previstos como espaços de responsabilização, desconstrução de padrões machistas e prevenção. Este trabalho busca discutir a relevância desses grupos, analisando seus objetivos, metodologias e impactos na luta contra a violência de gênero. O sistema carcerário no Brasil está superlotado e este mesmo sistema não oferece programas de reeducação, acompanhamento psicológico ou reinserção social. Apenas encarcerar não resolve estes problemas, pelo contrário, pode até agravar o problema da misoginia.

Sabemos que o uso de álcool e drogas impulsiona a violência doméstica, pois relatos das vítimas confirmam que o autor ficou mais agressivo após tomar bebida alcoólica. Infelizmente a crença de que ele só fez isso, pois estava sobre o efeito do álcool, beneficia a reincidência de episódios violentos aumentando a tolerância da vítima. Cabe a população geral compreender que o uso de quaisquer substâncias deixa o agressor ainda mais violento, ou seja, não o transforma em um. Dessa forma, é relevante inserir a responsabilização da violência doméstica através de medidas como Grupos Reflexivos. O objetivo dos grupos não é a punição, pelo contrário é discutido a responsabilização, a reflexão crítica promovido através dos encontros com espaços de escuta, sem julgamentos a fim de impedir que a violência

se repita (Ferreira, 2024).

DESENVOLVIMENTO

Esse trabalho foi desenvolvido através do estágio de extensão acadêmica que promove a integração entre comunidade e atividades de ensino e pesquisa, conforme Resolução CNE/CES no 07 de 2018, através de convênio firmado entre o Departamento Penitenciário do Paraná – DEPEN e o Complexo Social de Cruzeiro do Oeste, propomos a parceria para a implementação do projeto “Grupos para Homens Autores de Violência” (GHAV) realizado no complexo penal da cidade de Umuarama no interior do Paraná.

O grupo teve início no primeiro semestre do ano de 2025 e segue para o quarto grupo que funciona de forma semestral, onde são realizados oito encontros semanais entre os acadêmicos do curso de Psicologia e Direito. No primeiro grupo foram atendidos três homens, no segundo grupo foram cinco homens, no terceiro grupo foram oito homens e no quarto grupo vinte e quatro homens encaminhados por ações judiciais como alternativa para cumprimento de pena no regime aberto, com ou sem monitoramento eletrônico.

Nesses grupos são trabalhados temas como paternidade, masculinidade, questões de gênero, machismo, sexismo, misoginia, violência doméstica, comunicação não violenta, Lei Maria da Penha, direitos humanos. Para cada encontro existe um tema a ser discutido e diante dele refletir sobre cada questão. Por muitos anos a famosa frase “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” gerou a violência silenciosa. Após muita luta e resistência do movimento feminista esse assunto deixou de ser privado e passou a ser público, visto que o autor da violência costuma se ver como vítima alegando que não existe a lei “José da Penha”. Em uma sociedade baseada no patriarcalismo, a masculinidade conservadora do heteronormativo tem sentido completo, ou seja, a parceira se torna apenas um acessório que deve ser passiva, justificando a ideia de que o homem tem a posse da mulher (Einhardt, 2020).

O discurso hegemônico perpetua a desigualdade de gênero e legitima a violência estrutural contra a mulher a partir da ideia de que a mulher não pode ter contato com o sexo masculino, atender ao telefone a noite, usar determinados tipos

de roupa, frequentar lugares tidos como impróprios, trazendo a ideia de que a mulher pertence ao homem e é um objeto seu ao qual ele tem total poder, inclusive usar a força física para conseguir o que quer (Einhardt, 2020).

É importante entender que mesmo diante de casos em que homens cumprem a ação judicial no regime fechado, ou no sistema de monitoramento ou ainda através dos grupos reflexivos, a maioria deles culpabilizam a companheira e se sentem injustiçados pelo próprio sistema jurídico. Outras vezes, o agir sem pensar também aparece como justificativa do ato violento. Porém o padrão de masculinidade hegemônica é aquele que a mulher deve ser passiva, dona de casa, sentimental, submissa, responsável pelos afazeres domésticos e pelos filhos, o que nos remete ao discurso machista onde o homem que é homem é aquele que é o provedor da casa, figura de poder dentro do ambiente familiar (Einhardt, 2020).

A mulher enquanto verdadeira vítima do ato de violência, muitas vezes é apresentada ora como uma boa pessoa, ora como problemática. O discurso machista revela a todo momento a tentativa de responsabilizar a mulher, pois o homem se sente injustiçado por tudo e por todos demonstrando desconforto ao perder o lugar de autoridade na relação.

CONCLUSÃO

Espera-se que os homens atendidos pelos grupos reflexivos possam repensar atitudes e práticas de poder e dominação sob mulheres, estabelecendo relações respeitadas e rompendo com ciclos de violência. Pois, havendo espaço para reflexão sob o ato cometido, sem julgamento ou imposição do que é verdade, de fato visualizamos não o fim, mas o enfrentamento às violências. Buscamos contribuir com a tomada de consciência a estes homens e para as relações das quais estes fazem parte, para que tomem conhecimento sob os atos que praticam e as consequências destes na vida daquelas a quem cometem a violência. As políticas públicas promovem um processo crítico de responsabilização e reflexão, estimulando mudanças de comportamento baseada no respeito e na igualdade de gênero, livres de quaisquer tipo de violência, seja ela, física, psicológica, patrimonial, sexual ou moral, sendo capaz de ressignificar condutas e prevenir a reincidência.

REFERÊNCIAS

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. **Violência doméstica contra a mulher** — com a fala, eles, os homens autores da violência. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 138, p. 359-378, maio/ago. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Departamento de Serviço Social, Florianópolis/SC, Brasil.

FERREIRA, Anna Clara, MARINHO, Ronaldo. **Grupos de reflexão para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 42 2024, p. 339-364

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Retrato dos feminicídios no Brasil** [livro eletrônico]. Coord. Samira Bueno. São Paulo: FBSP, 2026. 29 p. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/291>. Acesso em: 10 ago. 2026.

**MÃOS QUE FALAM, OLHOS QUE ESCUTAM: A LINGUAGEM COMO
MEDIAÇÃO ENTRE O SURDO E O MUNDO NA PERSPECTIVA
HISTÓRICO-CULTURAL**Francieli Pereira Monteiro*; Débora Mendes Baggio**¹³**RESUMO**

Na perspectiva histórico-cultural, o sujeito humano se constitui nas relações sociais mediadas pela linguagem e outros instrumentos, os quais internalizados complexificam as funções psicológicas superiores (Vigotski, 2022). Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar como a linguagem participa da constituição da pessoa surda no Brasil. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica qualitativa, a partir do texto de Vigotski (2022) e Rodriguero (2000). Vigotski (2022) defende que a deficiência para além de uma condição biológica, evidencia-se pelo seu lugar social, ou seja, pelas barreiras construídas ao longo da história que impedem a efetiva participação destes sujeitos no compartilhamento dos bens humanos, propondo portanto uma compreensão histórico-cultural da deficiência. Um instrumento real de superação da condição orgânica é a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, reconhecido meio de comunicação da comunidade surda brasileira (Brasil, 2002). A surdez não torna o sujeito com menor potencialidade, mas com possibilidades diferentes, não devendo ter sua capacidade cognitiva e linguística subestimada (Rodriguero, 2000). Entretanto, apesar da Lei nº 10.436/2002, ainda persiste a privação linguística, tanto nas famílias quanto nas escolas sem Libras, levando a uma deficiência secundária. Conclui-se a partir dessa discussão que, para sujeitos surdos a Libras constitui-se como um caminho que permite ao sujeito do olhar ir além da privação linguística imposta, reafirmando-o como um sujeito que fala com as mãos e escuta com os olhos, em um processo de humanização e inclusão.

Palavras-chave: Linguagem. Libras. Vigotski.**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. O desenvolvimento da linguagem e a educação do surdo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 99-116, 2000.

VIGOTSKI, L. S. Obras Completas – **Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

¹³ *Estudante do 6º período do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA; Integrante do Núcleo de Diversidade, Minorias e direitos humanos da UniALFA; franzinha9876@gmail.com.

**Doutoranda em psicologia pela UEM; Docente e Coordenadora do curso de Psicologia da UniALFA e do NUDIMD da UniALFA; debora.baggio@alfaumuarama.edu.br

O PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA E AS COMPLEXIDADES DA CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO

Isabella A. Hoffmann*; Jackeline da Rocha P. de Oliveira**; Débora dos Anjos Volpini***¹⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a adoção tardia a partir da construção do vínculo afetivo entre adotantes e adotados, abrangendo as dimensões psicológicas, sociais e culturais do processo. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada a partir de buscar no Google Acadêmico, utilizando os descritores “adoção tardia”, “psicologia”, “vínculo afetivo” e “acolhimento”. Foram selecionadas produções que abordavam de forma mais específica os aspectos psicológicos da adoção tardia, com ênfase na construção da afetividade e do vínculo parental-filial. A adoção tardia configura-se como um desafio significativo devido à preferência dos adotantes por crianças menores. Os resultados apontam que crianças e adolescentes em acolhimento na faixa etária da adoção tardia possuem histórico marcado por violência, abandono e as marcas da institucionalização, o que gera insegurança e dificuldades na formação de novos vínculos. Além disso, evidencia-se a incompatibilidade entre o perfil prioritário dos adotantes e o perfil das crianças disponíveis para adoção, o que posterga a colocação dessas crianças em famílias substitutas. Conclui-se que a adoção tardia exige dos pretendentes significativa disponibilidade emocional para compreender a história de vida da criança, respeitar seu tempo de adaptação e construir, por meio de gestos de cuidado, diálogo e suporte psicológico, uma base segura que possibilite a ressignificação de traumas e o fortalecimento do vínculo afetivo.

Palavras-chave: Adoção tardia. Vínculo. Afeto.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a adoção constitui-se no Brasil como parte fundamental em processos de acolhimento. Esses processos envolvem crianças e adolescentes que, processualmente, já passaram pela destituição do poder familiar e que se encontram em instituições de acolhimento. Diante das complexidades que cercam essas vivências e a história de vida desses sujeitos, torna-se significativamente necessário o olhar da Psicologia para compreender os desafios e particularidades que envolvem a experiência da institucionalização, bem como, do processo de adoção tardia.

Desta maneira, destaca-se que, dentro do processo de adoção, existe o conceito de adoção tardia, que se refere à adoção de crianças com idade entre 7 e

¹⁴ *Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Alfa de Umuarama, Paraná. Trabalha como auxiliar administrativa da Unialfa; e-mail: isahoffmann2017@gmail.com

**Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Alfa de Umuarama, Paraná. Atua como Secretária do Diretor da 12ª Regional de Saúde; e-mail: jackelineoliveirarochoa02@gmail.com

***Psicóloga Clínica e Jurídica; Docente de Psicologia na Faculdade Alfa de Umuarama; Pós-graduada em Gestão do Sistema Único de Assistência Social, em Psicologia Histórico-Cultural e em Psicologia e Serviço Social no Sistema de Justiça; e-mail: deboraanjospsico@gmail.com

11 anos, aproximadamente (Borges; Scorsolini-Comin, 2020). Uma das principais barreiras para esse tipo de adoção é a observável preferência dos adotantes por crianças menores, o que posterga a colocação de crianças mais velhas em famílias adotivas.

Quando os pretendentes optam por vivenciar um processo de adoção tardia, existem diversos elementos psíquicos, históricos e sociais que podem desencadear inseguranças, medos e até mesmo dificuldades em concretizar o processo de adoção. Diante disso, este trabalho busca discutir a adoção tardia a partir de discussões sobre a construção do vínculo afetivo entre adotantes e adotados. A decisão de adotar pode ter diferentes origens, alguns casais buscam a adoção por infertilidade, outros por já desejarem adotar, ou ainda por contato com crianças em situação de abandono e/ou negligência. Outros motivos incluem a impossibilidade de ter filhos biológicos, parentesco com quem não consegue exercer os cuidados da criança e o desejo de cuidar de quem já está no mundo. Dentro desse contexto, a adoção tardia surge como uma das modalidades possíveis, exigindo um processo complexo e cauteloso na construção de vínculo afetivo, o qual exige significativo suporte e disponibilidade dos pretendentes.

DESENVOLVIMENTO

Para compreender os desafios que envolvem o processo da adoção tardia, faz-se necessário realizar um levantamento sobre as características das crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional nessa faixa etária e o perfil prioritário dos adotantes diante disso. O acolhimento institucional constitui-se como medida de proteção excepcional e provisória, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, devendo ser utilizado apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança na família de origem (Brasil, 1990). As crianças e adolescentes que chegam ao acolhimento institucional nessa faixa etária, entre 7 e 11 anos e na adolescência, já possuem uma história de vida marcada. Em geral, vivenciaram situações de violência, negligência, abandono e outras formas de violação de direitos. Dessa forma, tiveram a construção de sua personalidade e seus vínculos afetivos construídos a partir desse contexto sócio-histórico de diversas vulnerabilidades. É comum a presença de dificuldades de adaptação, insegurança e resistência na formação de novos vínculos afetivos, uma vez que essas crianças já possuem memórias e experiências anteriores à institucionalização

e à família de origem (Otuka; Scorsolini-Comin; Santos, 2009). Esses aspectos evidenciam que a construção do vínculo na adoção tardia não ocorre de forma imediata, sendo atravessada pelas experiências anteriores da criança e pela necessidade de estabelecer novas relações de confiança e segurança. Ressalta-se ainda que, para que se chegue à condição de adotabilidade, a destituição do poder familiar significa que a família de origem, não conseguiu superar as vulnerabilidades e violações que ocasionaram o afastamento do contexto familiar.

A partir do exposto, é necessário compreender também que o perfil prioritário dos adotantes hoje no Brasil, são crianças pequenas, com menos de 2 anos, sexo feminino, brancas e sem irmãos ou deficiência (Ribeiro; Goellner; Rigo, 2024), o que resulta na espera de muitas crianças e adolescentes mais velhos pela adoção, denotando uma preferência de quem adota. Dessa forma, é observável que tais crianças e adolescentes se sintam inseguros e ansiosos por não se adequarem ao padrão ideal dos adotantes. Assim, compreendendo essa vulnerabilidade, reforça-se a relevância da construção de vínculos afetivos de suporte e segurança com essas crianças abarcadas pela adoção tardia, cujo histórico deve ser considerado e acolhido pelos pretendentes.

Nesse cenário, a adoção tem como objetivo oferecer a crianças e adolescentes um ambiente acolhedor, no qual possam construir sua identidade social e contar com o apoio necessário para lidar com os desafios emocionais próprios desse processo. Ainda que represente um ato de cuidado, a adoção exige um intenso processo de adaptação mútua (Barros; Ribeiro; Souza, 2021). Dessa forma, a família que opta pela adoção tardia terá que lidar com complexidades, dispondo de disponibilidade emocional para compreender o histórico de vida da criança e buscar apoio e orientações para mediar os conflitos que aparecerão, característicos pelas próprias diferenças de costumes, hábitos, vivências anteriores e inseguranças. Diante desses achados, o acompanhamento psicológico mostra-se relevante não apenas para auxiliar na preparação dos pretendentes, mas também para favorecer a compreensão das necessidades emocionais da criança e mediar as dificuldades que podem surgir durante o processo de adaptação e construção do vínculo. Assim, a Psicologia ocupa um papel fundamental para garantir que a adoção tardia seja efetivamente um espaço de proteção, pertencimento e desenvolvimento para crianças e adolescentes, atuando como possibilitadora de ambientes saudáveis proporcionando profissionais de qualidade para a atuação na

adoção tardia. Perante o decorrer de todo o processo, a Psicologia é capaz de oferecer suporte profissional aos envolvidos e auxiliar os pretendentes a compreender e respeitar as particularidades da criança.

A análise da literatura evidenciou que os pretendentes adotivos devem oferecer muito além do que apenas uma filiação biológica, mas sim afetiva. É significativo que ofereçam à criança um espaço de adaptação, de necessidades atendidas e de ressignificação dos traumas da perda dos primeiros laços, construindo assim o novo vínculo afetivo por meio do acolhimento e da disponibilidade emocional. Nesse sentido, o apoio profissional da Psicologia aos pais adotivos se faz necessário. A construção da confiança mútua ocorre gradualmente, por meio de pequenos gestos cotidianos de cuidado, diálogo e presença, permitindo que a criança ressignifique suas experiências anteriores e se sinta pertencente ao novo núcleo familiar (Otuka; Scorsolini-Comin; Santos, 2009).

CONCLUSÃO

Em suma, a adoção tardia se configura como um processo complexo que exige dos pretendentes disponibilidade emocional para lidar com o passado histórico já construído pela criança ou adolescente. A incompatibilidade entre o perfil desejado pelos adotantes e o perfil das crianças e adolescentes disponíveis revela a necessidade de desconstruir idealizações e ampliar o olhar para as possibilidades de vínculo. Quando realizada com apoio psicológico adequado, a adoção tardia pode proporcionar uma experiência de parentalidade transformadora tanto para os adotantes quanto para as crianças, promovendo o direito ao convívio familiar e a construção de vínculos afetivos duradouros. Sendo assim, apesar das complexidades que podem ser enfrentadas, a construção do vínculo afetivo na adoção tardia se apresenta como elemento essencial para a integração ao núcleo familiar. A construção do vínculo na adoção tardia é atravessada por "pedras no caminho", exigindo tempo, cuidado e suporte profissional (Sampaio; Magalhães; Féres-Carneiro, 2018). Portanto, compreende-se que é fundamental que os pretendentes compreendam as particularidades desse processo, respeitem o tempo de adaptação e busquem apoio profissional, a fim de possibilitar a formação de laços seguros, a ressignificação das experiências anteriores e garantir que a adoção tardia seja efetivamente um espaço de proteção, pertencimento e desenvolvimento para crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. F. D.; RIBEIRO, P. W.; SOUZA, L. D. F. Os Aspectos Psicológicos da Criança e do Adolescente na Adoção Tardia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. 1, p. 1-13, 2021.

BORGES, C. A. P.; SCORSOLINI-COMIN, F. As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. **Psico-USF**, v. 25, n. 2, p. 307-320, 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. A configuração dos vínculos na adoção: atualização no contexto latino-americano. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 475-486, 2009.

RIBEIRO, Lóry da Silveira; GOELLNER, Silvana Vilodre; RIGO, Luiz Carlos. Adoção tardia: manifestações do cotidiano de uma casa de acolhimento de Pelotas/RS. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 10, p. 1-21, 2024.

SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. **Temas em Psicologia**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 311-324, mar. 2018.

O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA COMO TÉCNICO DE REFERÊNCIA E A FAMÍLIA NO CREAS: UMA REFLEXÃO SOBRE VÍNCULOAdriana Cristina Dias¹⁵**RESUMO**

O presente trabalho consiste em um relato de experiência baseado na reflexão sobre a atuação da autora enquanto psicóloga na política de Assistência Social dentro do CREAS, através do acompanhamento realizado às famílias e indivíduos em situação de risco por violação de direitos pelo PAEFI. Neste sentido, objetiva discutir a significação do vínculo entre o profissional de psicologia e famílias atendidas, na medida em que, para se obter êxito no acompanhamento familiar neste serviço, faz-se necessário o aceite do usuário e o estabelecimento de uma relação de confiança e afeto entre as partes. O vínculo pode ser considerado um dos pilares do trabalho dentro desta política. A problematização decorre do fato de que, por diversas vezes, a família encaminhada ao CREAS percebe o serviço como órgão policialesco e adota uma postura defensiva, dificultando a abordagem. Esta relação entre órgão estatal e público atendido acaba sendo compreendida como relação de poder, verticalizada. O desafio do profissional da psicologia é ultrapassar esta barreira para que a família o perceba como parceiro na luta por direitos e encontre no profissional que a atende uma figura de apoio. Conclui-se que, a partir do vínculo construído, obtêm-se avanços no acompanhamento, promovendo uma relação de confiança e referência, que resulta na promoção de autonomia e desenvolvimento das potencialidades do sujeito e da família.

Palavras-chave: Vínculo. Proteção social. Psicologia.

INTRODUÇÃO

O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é parte das diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), operacionalizada pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), observando a segurança de convívio como uma das garantias da proteção social (Brasil, 2005). O SUAS é organizado em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Neste trabalho, abordaremos apenas a PSE, que atua com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos. Na PSE há um atendimento mais intensivo e sistemático, por vezes individualizado e agindo diretamente em relação aos direitos violados. O CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é um dos equipamentos da PSE, e o PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, é um

¹⁵Adriana Cristina Dias, Bacharel em Psicologia pela Universidade Paranaense, Umuarama-PR, psicóloga lotada no CREAS do mesmo município e integrante do NUDIMD - Núcleo de Diversidade, Minorias e Direitos Humanos da UNIALFA. Email: dias0046@gmail.com

serviço obrigatório prestado pelo CREAS (Brasil, 2005). O CREAS ao qual este relato se refere situa-se em um município do noroeste do Paraná, com cerca de 120 mil habitantes.

Considerando que o trabalho no CREAS tem centralidade na família, cabe conceituá-la como um lugar de cuidado e proteção onde seus membros apoiam-se mutuamente, independentemente do arranjo familiar existente (Brasil, 2011). Não cabe, então, uma conceituação engessada heteronormativa de “pai-mãe-filhos”, mas sim considerar os laços afetivos e de responsabilidade existentes na família, incluindo outras formas de parentesco e relações não consanguíneas. As famílias atendidas pelo CREAS são aquelas em que a função protetiva e os vínculos estão fragilizados, levando em consideração a influência do contexto sociocultural e econômico nessa fragilização (Brasil, 2011).

O vínculo nesse contexto apresenta-se como relação de apoio (“ter com quem contar”), reconhecimento social e identificação, ou como o sujeito mostra-se e é visto por seus pares (Brasil, 2017). Considerando que os vínculos das famílias atendidas estão fragilizados por situações de violência, o profissional da psicologia como técnico neste serviço pode propor e conduzir novas formas de vincular-se. Para tanto, a vinculação entre profissional e a pessoa atendida deve resultar em referência ou relação de apoio.

A atuação do psicólogo no CREAS não conta com atribuições estritas ao campo da psicologia; a função de Técnico de Nível Superior pode ser exercida por, além do psicólogo, assistente social ou profissional do Direito (Brasil, 2011). Entretanto, dentro das atribuições generalizadas, o conhecimento em psicologia contribui, a partir da interdisciplinaridade, com parte importante do acompanhamento às famílias e indivíduos. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2012, p. 60), “a intervenção da psicologia deve contribuir para a ressignificação, pelos sujeitos, de suas histórias, ampliando sua compreensão de mundo, de sociedade e de suas relações, possibilitando o enfrentamento de situações cotidianas”. Diante do exposto, este trabalho abordará a atuação do profissional da psicologia no PAEFI e os desafios encontrados na vinculação entre técnico e usuário.

DESENVOLVIMENTO

O CREAS, objeto deste relato, apesar da existência da prerrogativa do atendimento por demanda espontânea, recebe os usuários majoritariamente através de denúncia ou encaminhamento de outros órgãos, como Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar. O teor dos encaminhamentos trata de violências diversas contra crianças e adolescentes em âmbito intrafamiliar, sendo situações de negligência ou abandono, violência física e psicológica, violência sexual, trabalho infantil, dentre outras. Dado este contexto, o que se percebe é que o responsável familiar, quando convocado para atendimento, sente-se desconfortável, adotando uma postura defensiva ou até mesmo ignorando os chamados do serviço. Os assuntos abordados são delicados e trazem sofrimento e receio dessa abordagem estatal. É comum que a pessoa, ao ser questionada sobre o motivo de estar no CREAS, responda que “o Conselho Tutelar mandou”. É comum também que omita informações, naturalize violências, busque culpados para os encaminhamentos.

A psicologia nesse contexto, sob a perspectiva sócio-histórica, acaba atrelada a uma vigilância estatal e leva a refletir sobre esse papel de técnicos orientadores, colocando conhecimentos e práticas a serviço desse Estado que produz as desigualdades ao mesmo passo que as controla (Bock *et al.*, 2022). Romper com este papel normatizador enquanto se faz o enfrentamento das violências é possível através do vínculo criado entre o profissional e o usuário (Godoy; Mansano, 2023).

Neste sentido, a construção do vínculo vem também atrelada a uma relação onde o técnico seja referência. Técnico de referência é o termo utilizado para designar o psicólogo que vai acompanhar determinada família. Ser referência e acompanhar remetem ao papel de guia e parceiro, seguindo um princípio de horizontalidade, onde os saberes são compartilhados (Brasil, 2017). Isto requer um cuidado intencional na construção do vínculo entre profissional e pessoa atendida, ou seja, a abordagem deve se constituir de forma afetiva para se obter êxito (Gomes, 2012 *apud* Brasil, 2017).

O atendimento do profissional da psicologia prioriza a escuta qualificada. Nos procedimentos de acolhida, busco enfatizar que meu papel como profissional não é julgar ou punir, mas principalmente ouvir. É através da escuta qualificada,

primeiramente, que se estabelece a construção de um vínculo entre psicólogo e usuário (Brasil, 2017). No momento em que a pessoa percebe que está sendo ouvida com atenção e respeito, quando não há “dedos apontados”, é possível iniciar uma relação rumo ao vínculo. Ainda que o discurso conte com omissão de dados ou alguma carga de ressentimento, ainda assim é uma interação e carrega significados. Contudo, vale ressaltar que no CREAS não se realiza atendimento em psicoterapia. Mesmo que essa escuta possa ter um efeito terapêutico, não deve ter perspectiva individualizante, mas sim considerar o contexto social do sujeito e proporcionar ações nesse meio (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Sendo o público atendido por este CREAS majoritariamente de baixa renda, observam-se famílias já “acostumadas” ao descaso, tanto dos serviços públicos quanto da sociedade. São famílias que convivem com uso abusivo de substâncias, pobreza, precariedade de moradia, insuficiência de renda. Trata-se, então, de abordar sujeitos com afetos já permeados por naturalizada violência. Ao olhar para essas questões e avaliar o contexto para os encaminhamentos e provisões de benefícios, percebo uma inclinação a “baixar a guarda”; o desafio, então, passa a ser deixar claro que não se trata de uma relação de “ganhar”, mas de direito. A partir daí torna-se possível iniciar a abordagem sobre função protetiva e violências. O papel do profissional de psicologia no PAEFI é construir junto à família, através do Plano de Acompanhamento Familiar, os meios para o rompimento do ciclo de violações (Brasil, 2011). Assim, tornar-se referência perpassa ouvir, mostrar ao sujeito que ele é digno de seus direitos, viabilizar seu acesso a tais direitos e, assim, construir o processo de vinculação e efetivo acompanhamento.

CONCLUSÃO

A resistência inicial ao acompanhamento do PAEFI mostra um sujeito que, de alguma forma violentado pela sociedade, naturaliza e perpetra a violência. A contribuição do profissional da psicologia no atendimento a este sujeito é a escuta qualificada, e através dela, compreender suas demandas, construir relação de referência e trazer uma intervenção que o respeite como protagonista de sua existência (Conselho Federal de Psicologia, 2012). Quando um usuário faz contato para solicitar atendimento, quando pede uma conversa com o profissional da

psicologia antes de tomar alguma decisão, é sinal de que o objetivo da vinculação foi alcançado.

A partir do momento em que a família compreende o serviço como apoio e vincula-se ao profissional, são realizados avanços significativos no acesso aos direitos, conquista de autonomia e fortalecimento da função protetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, DF: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, DF: MDS, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para a prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2012. 58 p. Disponível em: <http://crepop.cfp.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2026.

FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia; ROSA, Elisa Zaneratto; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. A Psicologia Sócio-Histórica e os fenômenos estruturantes na sociedade capitalista neoliberal. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologia sócio-histórica e os fenômenos sociais estruturantes**. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 21-62.

GODOY, Kathia Regina Galdino de; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade afetiva nos atendimentos do CREAS: as percepções das famílias. **Polis e Psique**, v. 13, n. 1, p. 143-167, 2023.

POTENCIAL INVISÍVEL: OS DESAFIOS DA IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Debora Pereira Lopes*; Francieli Pereira Monteiro**; Tayná Ceccon Martins***¹⁶

RESUMO

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) apresentam elevado potencial em áreas como a intelectual e artes, associada à criatividade e expressivo envolvimento com áreas do seu interesse, mas muitos permanecem invisíveis no ambiente escolar. Objetiva-se analisar os fatores que sustentam tal invisibilidade, com ênfase na identificação precoce e nas práticas inclusivas. Como recurso metodológico, a revisão bibliográfica realizada por meio de consultas na base do Google Acadêmico, com os descritores "Altas Habilidades/Superdotação" e "inclusão escolar", selecionadas publicações entre 2014 e 2024, além de documentos normativos e obras clássicas relevantes para a temática. A identificação de AH/SD exige uma compreensão ampliada do fenômeno, pois potencialidades podem se manifestar em áreas específicas e não de modo generalizado. Evidencia-se que estereótipos relacionados ao desempenho acadêmico elevado e ao comportamento considerado adequado dificultam o reconhecimento desses estudantes (Silva et al, 2023). Estudos recentes apontam que a invisibilidade desse público está associada a dificuldades nos processos de identificação, lacunas na formação docente e à persistência de concepções equivocadas acerca das características das AH/SD (Lemos et al, 2024). Conclui-se que a invisibilidade dos estudantes com AH/SD decorre de fatores estruturais e institucionais que dificultam sua identificação e atendimento educacional. Sua superação exige ações articuladas entre políticas públicas e práticas escolares, favorecendo a identificação precoce e o desenvolvimento de práticas inclusivas que atendam às potencialidades desses estudantes.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Inclusão escolar. Identificação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

LEMOS, Ana Beatriz da Silva; LIMA, Maria Vandia Guedes; PAIVA, Francisca Pereira. Altas habilidades e superdotação (AH/SD): uma revisão narrativa da literatura sobre a inclusão educacional e a formação de professores. **Revista Educar Mais**, v. 8, p. 647–659, 2024.

SILVA, Aline Russo da; LUZ, Renata Vanin da; NEGRINI, Tatiane. A identificação de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) no âmbito escolar. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 27–40, 2023.

¹⁶ *Acadêmica de Psicologia na UNIALFA e membro NUDIMD. deborapereiralopes2511@gmail.com

**Acadêmica de Psicologia na UNIALFA e membro NUDIMD. franzinha9876@gmail.com

*** Mestra em Psicologia, docente do curso de Psicologia da UNIALFA: ceccontayna@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA TERAPÊUTICA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Karina Fonseca Ramos*; Sara da Silva Mota**; Vitor Gustavo Machado de Souza***; Fabiana Marcos da Silva****; Tânia Fonseca Ramos*****; Carolina Rocha Assumpção*****¹⁷

RESUMO

Este relato apresenta uma oficina terapêutica desenvolvida em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), intitulada “Pequenos Respiros da Vida”, a atividade buscou promover um espaço de escuta, acolhimento, desaceleração e expressão emocional, possibilitando aos participantes reconhecer pequenas experiências cotidianas relacionadas ao cuidado, à leveza e ao bem-estar. A transformação do cuidado nos serviços comunitários de saúde mental abriu espaço para iniciativas voltadas à produção de vida, à sociabilidade, à arte, à criatividade e à construção de espaços coletivos de convivência (Batista; Ribeiro, 2016). A oficina durou cerca de 60 minutos e contou com a participação de seis integrantes, com idades entre 35 e 60 anos. Para a realização, foram utilizados a música “Respirar”, de Sandy, sua letra impressa, folhas sulfite e lápis de cor. Inicialmente, os participantes disseram seus nomes e uma palavra relacionada a como estavam se sentindo. Em seguida, a música foi utilizada como recurso disparador para reflexão sobre o ritmo acelerado da vida cotidiana, a sobrecarga e a necessidade de desacelerar. Posteriormente, foi proposta uma atividade de desenho, na qual cada participante representou algo que simbolizasse um “pequeno respiro da vida”, podendo ser uma pessoa, lugar, lembrança, objeto ou sensação significativa. O desenho pode constituir uma via de expressão e reelaboração dos sujeitos (Reis, 2014). Durante o compartilhamento, os desenhos possibilitaram a expressão de lembranças, vínculos, experiências familiares, elementos da natureza e situações associadas à sensação de paz e acolhimento. Ao final, os participantes foram convidados a expressar o que levariam da experiência, apresentando respostas predominantemente positivas. A experiência sugere o potencial da oficina para favorecer a expressão emocional, a interação e a valorização de experiências significativas, contribuindo para a construção de práticas de cuidado em saúde mental alinhadas aos princípios da Luta Antimanicomial.

Palavras-chaves: Saúde mental. Oficina terapêutica. Expressão emocional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nayara da Silva; RIBEIRO, Mara Cristina. O uso da música como recurso terapêutico em saúde mental. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 3, p. 336–341, 2016.

REIS, Alice Casanova dos. A arte como dispositivo à recriação de si: uma prática em Psicologia Social baseada no fazer artístico. **Barbarói**, n. 40, p. 246–263, 2014.

¹⁷ Acadêmica de Psicologia/UniALFA - Umuarama/PR - karinafonsecaramos@gmail.com

**Acadêmica de Psicologia/UniALFA - Umuarama/PR - sara10mota@gmail.com

*** Acadêmico de Psicologia/UniALFA - Umuarama/PR - vitorgustomachado10@gmail.com

****Acadêmica de Psicologia/UniALFA - Umuarama/PR - fabianamarcosdasilva@gmail.com

*****Acadêmica de Psicologia/UniALFA - Umuarama/PR - taniafonsecaramos@outlook.com

*****Mestra em Sociedade e Desenvolvimento (UNESPAR), Docente do Curso de Psicologia. carolina.assumpcao@alfaumuarama.edu.br

**REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRIAGEM PSICOLÓGICA
NO ATENDIMENTO INFANTOJUVENIL EM UM SERVIÇO-ESCOLA DE
PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**Eloise Carolina da C. Scheer*; Estela Marins Bittencourt**; Carolina R. de Assumpção***¹⁸**RESUMO**

O presente resumo descreve um relato de experiência referente à triagem psicológica no Serviço-escola da Faculdade Alfa Umuarama - UniALFA. Entre os meses de abril e julho de 2026, foram registradas 33 triagens psicológicas, das quais 17 (52%) referiam-se a crianças e adolescentes, evidenciando a predominância do público infantojuvenil entre as demandas atendidas. A partir da utilização dos instrumentos de triagem¹⁹ no atendimento psicológico infantojuvenil, foram identificadas limitações que motivaram sua revisão e atualização, considerando as demandas apresentadas. O estudo teve como objetivo descrever esse processo e as contribuições percebidas pela equipe para a qualificação do atendimento oferecido às demandas infantojuvenis recebidas pelo serviço, no município de Umuarama, Paraná. Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo-reflexivo e abordagem qualitativa, fundamentado na análise dos instrumentos utilizados, em levantamento bibliográfico e em discussões técnicas entre a equipe responsável pela triagem. A revisão possibilitou a elaboração de instrumentos mais abrangentes, com a inclusão de eixos relacionados ao uso de tecnologias digitais, às redes sociais e aos aspectos emocionais, contribuindo para uma prática mais qualificada no contexto do serviço-escola.

Palavras-chave: Psicologia. Serviço-escola. Triagem.**INTRODUÇÃO**

Os serviços-escola de Psicologia articulam ensino, pesquisa e extensão, constituindo espaços de formação acadêmica e de oferta de atendimento psicológico à comunidade. Nesses serviços, a triagem constitui uma das principais portas de entrada para o atendimento psicológico e para a definição dos encaminhamentos.

Historicamente, esse processo esteve associado à coleta de informações, ao levantamento de hipóteses e à definição de encaminhamentos, sendo compreendido como uma etapa predominantemente administrativa. Entretanto, estudos posteriores ampliaram essa compreensão ao concebê-la como um processo interventivo, no qual o acolhimento, a escuta da demanda e a elaboração inicial das questões

¹⁸ Graduanda em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; elo.scheer@gmail.com

**Graduanda em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; estelamb.ipi@gmail.com

***Mestre em Psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; carolina.assumpcao@alfaumuarama.edu.br

¹⁹ Neste trabalho, o termo “instrumento de triagem” refere-se aos roteiros e formulários institucionais utilizados para orientar e registrar as entrevistas, não incluindo testes psicológicos ou instrumentos padronizados de avaliação.

apresentadas pela pessoa atendida também constituem elementos fundamentais da triagem psicológica (Perfeito; Melo, 2004; Cerioni; Herzberg, 2016).

Essa ampliação do olhar sobre a triagem psicológica dialoga com a compreensão da infância e da adolescência como experiências constituídas histórica, social e culturalmente, cujos significados se modificam conforme as formas de organização da sociedade. Segundo Stearns (2006), a compreensão da infância não é fixa, pois "pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro" (p. 12). Em muitos contextos, os instrumentos permanecem centrados na coleta de informações gerais, contemplando de forma limitada aspectos relacionados ao desenvolvimento, às relações familiares, ao contexto escolar e às especificidades da infância e da adolescência.

A partir dessa realidade, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: de que modo o processo de revisão e atualização dos instrumentos de triagem psicológica infantojuvenil pode contribuir para qualificar o acolhimento, a compreensão das demandas e os encaminhamentos realizados no serviço-escola de Psicologia?

O estudo justifica-se pela necessidade de aprimorar os processos de triagem diante das demandas apresentadas por crianças, adolescentes e seus responsáveis. A atualização dos instrumentos pode favorecer uma compreensão mais ampla do desenvolvimento e dos diferentes aspectos envolvidos no sofrimento psíquico, considerando as singularidades dos sujeitos e os contextos nos quais estão inseridos.

Este estudo configura-se como um relato de experiência, de caráter descritivo-reflexivo e abordagem qualitativa, construído a partir da participação das autoras no processo de revisão e atualização dos instrumentos de triagem psicológica infantojuvenil utilizados no Serviço-Escola de Psicologia da Faculdade Alfa Umuarama - UniALFA, com o objetivo de descrever esse processo e as contribuições percebidas pela equipe para a qualificação do atendimento oferecido às demandas infantojuvenis recebidas pelo serviço, no município de Umuarama, Paraná.

DESENVOLVIMENTO

A revisão foi desenvolvida entre abril e julho de 2026 e contemplou a análise dos instrumentos anteriormente utilizados, a identificação das principais lacunas observadas em sua aplicação, o levantamento bibliográfico e as discussões técnicas entre a equipe de triagem e a responsável técnica do serviço-escola.

No período analisado, foram registradas 33 triagens psicológicas, das quais 17 (52%) referiam-se a crianças e adolescentes. A predominância do público infantojuvenil entre as demandas recebidas, associadas às lacunas observadas nos instrumentos utilizados, evidenciou, no contexto do serviço-escola, a necessidade de revisão do instrumento, com o propósito de favorecer uma escuta qualificada, contribuir para encaminhamentos mais adequados e auxiliar na organização do fluxo de atendimento.

Estudos têm discutido a crescente presença das redes sociais na vida de adolescentes e suas possíveis relações com aspectos do funcionamento psicológico e da saúde mental (Matos; Godinho, 2024). Dessa forma, aspectos relacionados ao uso de tecnologias digitais, às redes sociais e às experiências vivenciadas nesses ambientes podem constituir informações relevantes para a compreensão das demandas contemporâneas, sem que sua presença seja tomada, de forma automática, como causa ou explicação do sofrimento psicológico.

Algumas dessas questões apareceram nos relatos dos responsáveis, como o uso de telas, descrito como excessivo, além de dificuldades escolares. Essa constatação levou à necessidade de discussões técnicas com a equipe, bem como à reorganização, à revisão e à atualização dos instrumentos de triagem utilizados com os responsáveis por crianças e adolescentes. Os principais campos modificados foram os de identificação, escolaridade e composição familiar. Além disso, foram incluídos campos destinados ao registro de atividades extracurriculares, aspectos relacionados à autonomia e situações de conflito no ambiente escolar.

No instrumento destinado à triagem para o atendimento de adolescentes, além dos campos básicos referentes à identificação, à composição familiar, à descrição da queixa, às expectativas em relação ao atendimento, às observações do(a) triagista e ao encaminhamento/condução, foram acrescentados campos destinados ao relato sobre o relacionamento familiar, ao comportamento no

ambiente on-line e nas redes sociais, bem como à descrição da rotina a partir da perspectiva do(a) próprio(a) adolescente.

Paralelamente à revisão dos instrumentos da triagem tradicional, em alguns casos o atendimento foi ampliado para a modalidade de triagem interventiva/estendida, possibilitando maior aprofundamento da demanda apresentada e melhor compreensão do caso, além de favorecer a tomada de decisões quanto aos encaminhamentos. Nessa perspectiva, a atualização das ferramentas técnicas de apoio aos triagistas foi percebida pela equipe como um recurso que favoreceu a escuta qualificada, a organização da demanda e a compreensão inicial dos aspectos emocionais, familiares e sociais envolvidos no atendimento.

Outro ponto relevante foi a inclusão de um campo destinado às observações, que também se mostrou pertinente, uma vez que os campos específicos nem sempre contemplavam todas as informações relevantes relatadas pelos responsáveis ou pelos(as) adolescentes. A inclusão desse espaço possibilitou o registro de aspectos singulares que não se enquadravam nos demais campos do instrumento, ampliando as possibilidades de registros das informações obtidas durante a triagem.

CONCLUSÃO

A partir das vivências da equipe de triagem e da responsável técnica, compreendeu-se que o processo de triagem, no contexto do serviço-escola, articula o atendimento à comunidade com o processo formativo dos estudantes. Essa articulação promove um atendimento com qualidade e respeito e possibilita reflexões sobre as práticas inerentes à profissão, contribuindo para uma atuação psicológica eticamente fundamentada e tecnicamente qualificada.

A triagem interventiva/estendida mostrou-se uma possibilidade pertinente nos casos em que houve necessidade de maior aprofundamento da demanda, ainda que exigisse maior tempo de atendimento. Nesses casos, a ampliação do acolhimento e da escuta, especialmente dos adolescentes, favoreceu uma compreensão mais aprofundada das demandas apresentadas. Nesse sentido, a experiência também evidenciou a importância de revisar continuamente os instrumentos de triagem, com

a inclusão ou retirada de campos conforme as especificidades das demandas e da população atendida.

Como desdobramento futuro deste relato, considera-se relevante a realização de uma comparação sistemática entre os instrumentos anteriores e os revisados, bem como a análise dos encaminhamentos realizados antes e depois da atualização. Essas ações poderão aprofundar a avaliação dos efeitos dessa revisão sobre a prática de triagem no serviço-escola.

REFERÊNCIAS

CERIONI, Rita Aparecida Nicioli; HERZBERG, Eliana. Triagem psicológica: da escuta das expectativas à formulação do desejo. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 19-29, 2016.

MATOS, Kelvym Alves; GODINHO, Mônica Oliveira Dominici. A influência do uso excessivo das redes sociais na saúde mental de adolescentes: uma revisão integrativa. **Revista Foco**, v. 17, n. 4, e4716, 2024.

PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva; MELO, Sandra Augusta de. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica-escola. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2004.

STEARNS, Peter N. **A infância**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

SAÚDE MENTAL DE INDIVÍDUOS NEGROS LGBTQIA+: EFEITOS DO RACISMO E DA HOMOFOBIA

Winicio de Paula Costa*²⁰; João Gabriel da Cruz*; Jean Marcos Petenuci*; Celine da Silva Aguiar Ferreira*; Viviane Krominski Graça de Souza**

RESUMO

A saúde mental de pessoas negras LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/travestis, *queer*, intersexo, assexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais) representa um tema relevante sob a perspectiva da interseccionalidade, pois compreende-se que diferentes sistemas de opressão se articulam e produzem experiências específicas de desigualdade e vulnerabilidade (Collins; Bilge, 2021). No Brasil, tais experiências também são atravessadas pelas relações entre raça, gênero e desigualdade social (González, 2020), repercutindo sobre a subjetividade e a construção da identidade negra (Souza, 2021). Este estudo objetivou-se em investigar os impactos psíquicos decorrentes do preconceito, violência e discriminação sofridas por indivíduos negros e homoafetivos. Realizou-se uma revisão bibliográfica e um estudo do Programa Educação e Território (de 2020 até 2025). Como resultados, identificou-se: o racismo contextualizado após mais de três séculos de escravidão no Brasil; a inferiorização, submissão e fetichização condicionadas pelo modelo histórico-cultural do país; a alta incidência de sofrimento psíquico decorrente da violência e exclusão social, que acarreta acesso desigual aos serviços de saúde mental; e a limitação de profissionais da Psicologia em conduzir atendimentos e ações fortalecedoras do indivíduo e da coletividade. A partir das referências analisadas, destacam-se a ampliação de políticas públicas de saúde mental que considerem as especificidades desta população, a capacitação de profissionais da Psicologia para reconhecer os efeitos articulados do racismo e da LGBTfobia e o fortalecimento de espaços de acolhimento, representatividade e pertencimento. São necessárias ações educativas contra a discriminação, a hipersexualização e a segregação social. Portanto, as cicatrizes do colonialismo permanecem ativas e que a atuação psicológica não deve se restringir ao manejo sintomático, devendo considerar as determinações sociais do sofrimento, tornando o debate indispensável para uma prática ética e comprometida com a equidade.

Palavras-chave: Saúde mental. Racismo. Homofobia.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

²⁰*Discentes de Psicologia na Faculdade UniALFA, Umuarama-PR. alphasantanan@gmail.com

^{**}Docente/Orientadora do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA Umuarama, Umuarama-PR. krominskiviviane@gmail.com

SAÚDE MENTAL DO IMIGRANTE: A SÍNDROME DE ULISSES ENTRE O RECONHECIMENTO DO SOFRIMENTO E O RISCO DA MEDICALIZAÇÃOVitor Gustavo Machado de Souza*, Dione Fernando Domingos de Aguiar**²¹**RESUMO**

Este estudo analisa o sofrimento psíquico de imigrantes a partir do conceito de Síndrome do Imigrante com Estresse Crônico e Múltiplo, denominada Síndrome de Ulisses por Joseba Achotegui. Diferenciando-se do estresse de aculturação comum e de patologias tradicionalmente compreendidas pela perspectiva biomédica, o quadro está relacionado à exposição prolongada a situações-limite, tais como solidão extrema, ruptura identitária, precariedade material e ameaça de xenofobia, manifestando-se por sintomas depressivos e ansiosos. O trabalho problematiza a tendência à medicalização do sofrimento migratório, que pode deslocar determinantes sociais, políticos e geopolíticos de exclusão para o âmbito do transtorno individual. Diante disso, destaca-se a relevância da atuação da Psicologia orientada por práticas de escuta ética e não patologizante, articuladas ao trabalho em rede intersetorial com assistência social e suporte jurídico. Conclui-se que o acolhimento psicológico deve reconhecer o sofrimento decorrente das adversidades migratórias e, simultaneamente, favorecer a ressignificação de histórias, a reconstrução da identidade e a elaboração de novos projetos de vida.

Palavras-chave: Imigração. Síndrome de Ulisses. Medicalização.

INTRODUÇÃO

O fluxo migratório humano ocorre desde os tempos mais antigos dos quais se tem conhecimento, sendo motivado por inúmeros fatores, como por exemplo mudanças climáticas, abrigos ou alimentos. Nos tempos atuais, esses fatores não se alteraram, mas se tornaram mais complexos. Devido a intensas crises mundiais, como guerras, crises econômicas ou perseguições políticas, muitas pessoas se veem diante da necessidade de deixar seu país natal em busca de melhores condições de vida, sejam elas econômicas ou sociais. Esse processo de sair da vida rotineira para se inserir em um ambiente culturalmente diferente traz consigo o choque do recomeço e das barreiras linguísticas. Soma-se a isso um medo constante, seja o medo de não conseguir se inserir naquela sociedade, seja o medo de sofrer ataques xenofóbicos (Silva; Padilha; Lamy, 2020). Todo esse processo de recomeço pode gerar sofrimento e estresse constante no indivíduo, e essa carga emocional, por sua vez, pode resultar em consequências como depressão e ansiedade.

²¹ Acadêmico de Psicologia/UniALFA – Umuarama/PR - vitorgustavomachado@gmail.com

**Docente de Psicologia/UniALFA – Umuarama/PR – dioneaguiar0@gmail.com

É nesse contexto de perdas cumulativas e de exposição a condições sociais diversas que o psiquiatra Joseba Achotegui descreveu a partir do atendimento a imigrantes em situação de vulnerabilidade, uma condição por ele chamada Síndrome do Imigrante com Estresse Crônico e Múltiplo, denominando-a como Síndrome de Ulisses, em alusão ao herói grego que enfrentou inúmeras provações longe de sua terra natal (Achotegui, 2009 *apud* Silva; Padilha; Lamy, 2020).

Segundo ele, o quadro não decorreria de um único evento estressor, mas do acúmulo de múltiplos fatores de estresse, solidão forçada, fracasso do plano migratório, luta pela sobrevivência e o medo, vividos de forma simultânea e prolongada, em contextos de rede de apoio fortemente deficitária (Silva; Padilha; Lamy, 2020). A partir de revisão bibliográfica qualitativa, compreender a situação pela qual esses indivíduos estão passando é fundamental para evitar o discurso medicalizante desse sofrimento, que tende a deslocar o foco das causas estruturais, políticas migratórias restritivas, xenofobia e precariedade social para o imigrante.

DESENVOLVIMENTO

Seguindo o conceito de saúde da OMS (Organização Mundial da Saúde), que seria o bem-estar em sua integralidade, ou seja, bem estar em todas as áreas da vida do indivíduo, pode ser levantada a questão de que o processo migratório pode tirar a saúde do imigrante, de forma que se inserir em um novo ambiente, que vem a ser diferente de sua terra natal, longe de todos aqueles com os quais possuía vínculo, este acaba por perder sua bússola cultural, quem ele era, o que fazia, como falava, e perdendo sua identidade, pois a mesma é desenvolvida a partir da conexão com o outro, com o meio onde estamos inseridos (Dantas *et al.*, 2010). Essa “perda” de identidade acaba por vezes gerar sofrimento, visto o estresse e sofrimento diário que o indivíduo acaba tendo, por não mais se reconhecer em si mesmo.

Esse conflito entre quem ele irá vir a ser, e quem ele era, é entendido como o chamado dilema do migrante, ou seja, a tensão entre a adaptação sociocultural ao novo ambiente e a preservação da própria identidade (Silva; Padilha; Lamy, 2020). Quando não há suporte social adequado, esse conflito pode gerar o denominado estresse de aculturação, com repercussões de ordem física, psíquica e social (Silva; Padilha; Lamy, 2020). É justamente a intensidade, a multiplicidade e a continuidade

desses estressores, e não a migração em si, que caracterizariam quadros mais graves de sofrimento psíquico entre imigrantes.

Diferentemente do estresse de aculturação, considerado uma resposta relativamente comum ao processo migratório, a Síndrome de Ulisses é descrita por Achotegui especificamente para os casos em que o imigrante está exposto a situações-limite: solidão extrema, ameaça à integridade física, ausência de perspectivas de melhora e precariedade documental e material (Silva; Padilha; Lamy, 2020). Trata-se, segundo o autor, de um quadro que vai além da capacidade adaptativa do organismo diante de um número de estressores muito superior ao que a maioria dos processos migratórios impõe.

A sintomatologia descrita é organizada em cinco grupos: sintomas depressivos, marcados por tristeza intensa e culpa; sintomas ansiosos, relacionados ao esforço permanente de enfrentar múltiplas decisões com poucos recursos; sintomas de somatização, entre os quais a cefaleia se destaca como um dos mais característicos, além de insônia e fadiga; sintomas cognitivos, como dificuldade de concentração e de memória; e, por fim, formas de interpretação cultural do próprio sofrimento, muitas vezes associadas a explicações mágico-religiosas (Silva; Padilha; Lamy, 2020). O próprio Achotegui destaca, contudo, que as causas sociais e políticas do sofrimento migratório tendem a ter peso maior do que as interpretações de ordem cultural.

Mesmo sendo denominado síndrome, devemos compreender a diferença entre síndrome e doença, enquanto uma se baseia no conjunto de sinais e sintomas que pode ter mais de uma causa, sendo que a outra pressupõe uma causa conhecida, fisiopatologia própria e tratamento específico (Silva; Padilha; Lamy, 2020).

Sendo assim, até mesmo o autor da síndrome compreende que a mesma não se trata de uma nova doença, mas sim como uma resposta do indivíduo frente a níveis de estresse que superam sua capacidade de regulação, diferente das reações transitórias de um organismo, como as respostas a uma temperatura ambiente extrema, que tendem a desaparecer quando as condições se normalizam. Já o estresse crônico vivenciado exige um olhar atento às suas determinantes sociais.

Porém, há um interesse latente dos setores farmacológicos em transformar o sofrimento cotidiano dos indivíduos em novas categorias de diagnósticos, para promover cada vez mais o discurso medicalizante, e assim lucrarem exponencialmente em cima do sofrimento, conforme apontam investigações sobre as estratégias de marketing da indústria farmacêutica (Silva; Padilha; Lamy, 2020). Quando analisado pela ótica do contexto migratório, essa visão pode correr o risco de deslocar o problema das políticas migratórias restritivas e da xenofobia que os imigrantes constantemente sofrem, tirando assim a culpa das instituições responsáveis, e tratando como uma forma de transtorno individual aquilo que em essência é uma resposta a uma condição social e política (Silva; Padilha; Lamy, 2020).

Pensando pela visão da Psicologia, esse debate tem como prioridade reforçar a importância da escuta que não patologize de forma precoce o sofrimento migratório, abordando as vivências do paciente com respeito, empatia e atenção à sua subjetividade, como afirma Achotegui em sua prática clínica com imigrantes (Achotegui, 2009 *apud* Silva; Padilha; Lamy, 2020), reconhecendo as causas estruturais, sem negligenciar a necessidade do cuidado e acolhimento psicológico para aqueles que estão vivendo esse processo.

Nesse sentido, a literatura aponta que o cuidado em saúde mental do imigrante dificilmente se sustenta isolado das demais dimensões de sua realidade social. Experiências de serviços voltados a essa população no Brasil, vinculados a organizações não governamentais e a programas de instituições de ensino, têm buscado responder a essa demanda por meio de um cuidado articulado em rede, associando o atendimento clínico a encaminhamentos para questões de documentação, trabalho e assistência social (Carvalho *et al.*, 2018). Esse modelo reforça, na prática, o argumento de que o sofrimento migratório precisa ser acolhido sem ser reduzido a um diagnóstico isolado, dialogando com o cuidado psicológico com as demais dimensões sociais, jurídicas e econômicas e que atravessam a experiência do imigrante.

Vale destacar, contudo, que o processo migratório não se resume a uma trajetória de perdas. A literatura aponta que a experiência de migrar também pode favorecer uma ampliação do senso de si, na medida em que o sujeito é convidado a

ressignificar sua história, negociar novas referências culturais e construir narrativas mais integradoras sobre sua própria trajetória (Dantas *et al.*, 2010). Nesse sentido, o acompanhamento psicológico cumpre papel importante não apenas no manejo do sofrimento, mas também no apoio à elaboração de novos projetos de vida e à reconstrução de uma identidade que, embora transformada pela experiência migratória, pode se fortalecer a partir dela.

CONCLUSÃO

Em suma, o presente trabalho buscou elucidar a Síndrome de Ulisses, como uma categoria útil para compreensão do sofrimento psíquico de imigrantes, que são rotineiramente submetidos a condições de estresse crônico e múltiplo, sem reduzir a migração a um evento necessariamente patológico, já que a intensidade do sofrimento está menos ligada ao deslocamento em si e mais à acumulação de perdas, à ausência de redes de apoio e à exposição a condições sociais diversas.

Reconhecer essa especificidade é importante para que a Psicologia evite tanto a banalização quanto a medicalização precipitada do sofrimento migratório, situando-o também como sintoma de políticas migratórias restritivas e de desigualdades estruturais. Mais do que isso, esse reconhecimento aponta para a necessidade de práticas de cuidado centradas na escuta e no acolhimento do imigrante, capazes de sustentar processos de promoção da saúde mental, de elaboração de novos projetos de vida e de reconstrução da identidade transformada pela experiência migratória.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Luciana de Andrade; CRUZ, Janaína Alves Sampaio; SAMPAIO, Leonardo Augusto Negreiros Parente Capela; PEREIRA, Alexandre Branco. Serviços de saúde mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo: contribuições para um debate. **Travessia**, Ano XXXI, n. 84, p. 55-68, set./dez. 2018.

DANTAS, Sylvia Duarte; UENO, Laura; LEIFERT, Gabriela; SUGUIURA, Marcos. Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. **REMHU**, Brasília, ano XVIII, n. 34, p. 45-60, jan./jun. 2010.

SILVA, José Carlos Loureiro da; PADILHA, Norma Sueli; LAMY, Marcelo. A "síndrome de Ulisses" e a medicalização dos movimentos migratórios. **Revista Jurídica (FURB)**, Blumenau, v. 24, n. 54, p. 1-28, mai./ago. 2020.

**SENTIDO E SIGNIFICADO NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL:
CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO DO
SUJEITO**Renata Soares de Mendonça da Cruz*; Débora Mendes Baggio**²²**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo discutir os conceitos de sentido e significado na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, considerando suas relações com a atividade, a consciência e a constituição da subjetividade. Trata-se de uma discussão de natureza bibliográfica, fundamentada principalmente nas contribuições de Lev Vigotski e Alexei Leontiev, articulada a produções contemporâneas da área. Para a Teoria Histórico-Cultural, o sujeito constitui-se historicamente nas relações sociais e na apropriação das produções culturais, sendo a atividade prática uma mediação fundamental desse processo. Vigotski (2001) destaca a importância da linguagem e do pensamento na formação da consciência, possibilitando compreender a relação entre os significados socialmente construídos e os sentidos produzidos pelos sujeitos. Enquanto o significado possui caráter social e histórico, o sentido relaciona-se à forma singular como o sujeito vivencia e se apropria dessas construções. Leontiev (1978) amplia essa compreensão ao relacionar o sentido pessoal à atividade e aos motivos que orientam a ação humana. Nessa perspectiva, a atividade constitui-se a partir da relação entre necessidade, objeto e motivo, enquanto as ações são orientadas por objetivos específicos. Assim, os sentidos não podem ser compreendidos de forma isolada, pois são produzidos nas relações concretas estabelecidas pelo sujeito com o mundo. A compreensão dessa relação permite analisar a subjetividade como expressão das relações sociais e históricas, superando concepções que separam o indivíduo das condições concretas de sua existência.

Palavras-chave: Sentido. Significado. Histórico-Cultural.**INTRODUÇÃO**

A compreensão da constituição do sujeito ocupa lugar central na Psicologia Histórico-Cultural, perspectiva que compreende o ser humano como constituído historicamente nas relações sociais. Nessa concepção, as características psicológicas não são compreendidas como determinadas exclusivamente por aspectos naturais ou individuais, mas como resultado de um processo de apropriação das produções culturais construídas coletivamente ao longo da história. O sujeito, portanto, constitui-se na relação prática e social com o mundo, participando de diferentes atividades e apropriando-se da cultura de maneira

²² Aluna em formação no Curso de Psicologia, 9 Período, pela Faculdade UniALFA de Umuarama, Pr, e-mail: psimendonca.renata@gmail.com

**Doutoranda e Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá - PR, Coordenadora e docente do curso de Psicologia da faculdade UniALFA de Umuarama, email: debora.baggio@alfaumuarama.edu.br

singular, conforme suas condições concretas de existência. Nesse processo, a linguagem, o pensamento e a atividade assumem papel fundamental na formação da consciência. Nesse sentido, a compreensão dos processos de significação exige articular os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural às condições históricas, sociais e culturais nas quais os sujeitos se constituem, fortalecendo uma leitura não individualizante da subjetividade.

O significado apresenta uma dimensão social e historicamente construída, enquanto o sentido está relacionado à maneira como cada sujeito estabelece uma relação singular com aquilo que é socialmente produzido. Leontiev (1978), por meio da Teoria da Atividade, amplia essa discussão ao compreender a atividade humana como fundamento do psiquismo e da constituição social do homem. Para o autor, a atividade possui uma estrutura própria e encontra-se relacionada às necessidades, aos objetos, aos motivos e às ações realizadas pelos sujeitos.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é discutir os conceitos de sentido e significado na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, relacionando-os à atividade humana, à consciência, à vivência e à constituição da subjetividade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico-conceitual que tem como objetivos específicos: a) diferenciar os conceitos de sentido e significado a partir da perspectiva histórico-cultural; b) compreender a relação entre sentido, significado, linguagem e consciência; c) discutir a contribuição da Teoria da Atividade para a compreensão do sentido pessoal; d) compreender a vivência como unidade afetivo-cognitiva na constituição dos sentidos; e) refletir sobre as contribuições dessa compreensão para a atuação da Psicologia. A seleção das obras considerou textos clássicos da Teoria Histórico-Cultural nos quais são sistematizados conceitos fundamentais para o debate, especialmente sentido, significado, pensamento, linguagem, consciência e atividade. A fundamentação teórica deste estudo apoia-se nas contribuições clássicas de Vigotski (2001) e Leontiev (1978), especialmente nas categorias de consciência, pensamento, linguagem, atividade, significado e sentido pessoal, articuladas às contribuições da Psicologia Social e Histórico-Cultural presentes em Lane e Codo (2004) e Sawaia (2014). Para aproximar essas bases teóricas do estado atual das discussões na área, foram incorporadas produções contemporâneas, com destaque para Tuleski (2019), que retoma a relação entre significado da palavra, pensamento, linguagem e consciência, e Calve (2024), que aprofunda a discussão acerca da constituição social dos sentidos e sua articulação

com a atividade, a consciência e a personalidade. Desse modo, a revisão bibliográfica articula os fundamentos clássicos da Psicologia Histórico-Cultural às contribuições recentes relacionadas ao objeto investigado.

DESENVOLVIMENTO

A Teoria Histórico-Cultural compreende que o desenvolvimento psicológico ocorre no interior das relações sociais e por meio da apropriação das produções culturais historicamente construídas. Nessa perspectiva, a subjetividade não pode ser compreendida como uma dimensão isolada do sujeito, uma vez que se constitui historicamente nas relações sociais e nas condições concretas de existência. Lane e Codo (2004, p. 40) contribuem para essa compreensão ao situarem o sujeito na trama das relações sociais, evidenciando a inseparabilidade entre indivíduo e sociedade. Assim, os sentidos produzidos pelos sujeitos estão relacionados às experiências concretas e às condições históricas e sociais nas quais se desenvolvem.

Vigotski (2001) compreende a relação entre pensamento e linguagem como fundamental para a formação da consciência. As palavras carregam significados produzidos historicamente e compartilhados socialmente, permitindo ao sujeito apropriar-se das construções culturais e estabelecer relações com a realidade. Essa compreensão é retomada por Tuleski (2019), ao destacar o significado da palavra como unidade de análise da consciência, constituída na relação entre pensamento e linguagem, reafirmando o caráter histórico e social do desenvolvimento do psiquismo.

Entretanto, a apropriação desses significados não ocorre de maneira uniforme, cada sujeito vivencia as atividades sociais a partir de suas próprias condições de existência, envolvendo aspectos materiais, históricos e relacionais. O significado está relacionado àquilo que é produzido e compartilhado socialmente, enquanto o sentido está vinculado à relação singular estabelecida pelo sujeito com essa produção.

A compreensão dos sentidos pode ser aprofundada a partir da Teoria da Atividade desenvolvida por Leontiev (1978). Para o autor, a atividade humana não corresponde simplesmente a um conjunto de comportamentos ou reações, mas constitui um sistema com estrutura, transformações e desenvolvimento próprios. Leontiev (1978) diferencia, ainda, atividade e ação. Enquanto a atividade é

orientada pelo motivo, a ação é orientada por um objetivo consciente. Assim, uma atividade pode ser constituída por diferentes ações, cada uma delas direcionada a objetivos específicos, mas articuladas ao motivo que organiza a atividade como um todo. O sentido não está simplesmente na ação realizada, mas na relação estabelecida entre o sujeito, a atividade e aquilo que a motiva.

A articulação entre sentido, significado e atividade permite compreender a subjetividade como um processo constituído social e historicamente. Desse modo, o sujeito não é apenas determinado pelas condições sociais, mas participa ativamente das relações e atividades por meio das quais se constitui. A apropriação da cultura ocorre de maneira singular, e é nessa relação entre o socialmente produzido e a experiência concreta do indivíduo que se constituem os sentidos. Nessa direção, Calve (2024) aprofunda a discussão sobre a constituição social dos sentidos na Psicologia Histórico-Cultural, compreendendo-os em articulação com a consciência, a personalidade e a atividade humana, o que reforça seu caráter histórico e social. Assim, os sentidos não são estruturas fixas, mas processos que se modificam conforme as condições históricas, sociais e as experiências vivenciadas. A relação entre significado social e sentido pessoal torna-se, portanto, fundamental para compreender os processos de constituição da consciência.

CONCLUSÃO

A discussão desenvolvida permite compreender que sentido e significado são categorias fundamentais para a Teoria Histórico-Cultural e para a compreensão da constituição da subjetividade e da consciência. A contribuição de Vigotski (2001) possibilita compreender o papel da linguagem, do pensamento e dos processos de significação na constituição da consciência. Leontiev (1978), por sua vez, amplia essa discussão ao situar o sentido pessoal no interior da atividade humana, relacionando-o às necessidades, aos objetos, aos motivos e às ações.

Assim, compreender a relação entre sentido e significado permite superar concepções individualizantes do sujeito e reconhecer que os processos de significação são constituídos historicamente. Essa compreensão possui desdobramentos para diferentes campos de atuação. Na Psicologia Escolar por exemplo, pode contribuir para compreender dificuldades, relações e experiências escolares para além de explicações centradas exclusivamente no indivíduo, considerando as relações institucionais, sociais e culturais nas quais estudantes e

profissionais estão inseridos. Na Psicologia Clínica, e social, pode favorecer uma escuta que considere a história, as relações e as atividades concretas do sujeito, evitando interpretações descontextualizadas de suas experiências concretas e reconhecendo o sujeito como participante ativo da realidade.

Como possibilidade para futuras investigações, destaca-se a necessidade de pesquisas que aprofundem empiricamente como sentidos e significados são produzidos, negociados e transformados em diferentes contextos sociais, educacionais, clínicos e profissionais, contribuindo para uma Psicologia comprometida com práticas que considerem a complexidade das relações entre sujeito, sociedade e cultura.

REFERÊNCIAS

CALVE, T. M. A constituição social dos sentidos na esfera do psiquismo humano: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. 2024. 106 f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEONTIEV, A. N. **Activity, consciousness and personality**. Moscow: Progress Publishers, 1978.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TULESKI, S. C. A unidade do psiquismo humano para Vigotski e a desagregação desta na esquizofrenia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e35424, 2019.

VYGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SONHOS COMO REALIZAÇÃO DE DESEJOS INCONSCIENTES SOB A PERSPECTIVA DE FREUD

Karina Fonseca Ramos*; Sara da Silva Mota**; Eduardo Augusto Pavani***²³

RESUMO

Este resumo objetiva discutir como os sonhos podem ser meios de realização de desejos inconscientes na perspectiva da teoria psicanalítica de Sigmund Freud. Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido como pesquisa bibliográfica, fundamentada nas obras de Freud e outros autores que discutem os conceitos de inconsciente, desejo e sonho. O inconsciente pode ser compreendido como uma instância constituída por conteúdos recalcados que escapam à consciência, logo, não estão diretamente acessíveis a ela (Laplanche; Pontalis, 1991). Compreender isso é fundamental para discutir como os conteúdos, embora inacessíveis à consciência, podem emergir de outras formas, como, por exemplo: nos sonhos, lapsos, atos falhos, entre outros. Nesse momento, cabe compreender, sem demasiado aprofundamento, o desejo, uma atração simbólica e sexual, vivida pelo corpo e pelo psiquismo, que se movimenta em direção a um objeto (Roudinesco; Plon, 1998), enquanto o sonho se insere na relação entre desejo e inconsciente. Para Freud (2019), o sonho pode ser compreendido como uma estrutura psíquica dotada de sentido e de inteira validade, relacionada às experiências da vida em vigília. Dessa forma, o fenômeno onírico possibilita a elaboração dessas vivências, ampliando os espaços próprios da lógica inconsciente inerente à vida psíquica (Imbrizi; Domingues, 2021). É nessa definição que está o ponto de ligação: o sonho não é uma manifestação sem sentido, mas um produto das atividades psíquicas do sujeito e, por isso, tematiza conteúdos, desejos e pensamentos que permanecem à margem da consciência. Ou seja, os sonhos representam realizações de desejos no âmbito da fantasia, de acordo com os processos de deformação onírica, constituindo, assim, uma forma disfarçada de realização de desejos (Freud, 2019; Garcia-Roza, 2009). Portanto, conclui-se que, na perspectiva de Freud, o sonho constitui uma via de expressão de conteúdos inconscientes e uma forma disfarçada de realização de desejos, evidenciando a relação entre inconsciente e desejo.

Palavras-chave: Desejo. Inconsciente. Sonho.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos (1900)**. In: Obras completas, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. São Paulo: Zahar, 2009.

IMBRIZI, J. M.; DOMINGUES, A. R. Narrativas oníricas e a partilha de experiências (extra)ordinárias. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

²³ Graduanda em Psicologia/UniALFA, Umuarama/PR, Brasil. E-mail: karinafonsecaramos@gmail.com

**Graduanda em Psicologia/UniALFA, Umuarama/PR, Brasil. E-mail: sara10mota@gmail.com

***Doutorando em Educação pela UEM; Mestre em Educação pela UEM; Graduado em Psicologia pela UEM. Docente do curso de Psicologia da UniALFA, Umuarama/PR. prof.edupavani@gmail.com

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.